



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP).**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA
(CPS) – SOCIEDADE, ESTADO E
POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA.**

**Intervenção internacional e colonialidade do poder: CORE GROUP,
um agente de desintegração entre Estado e sociedade no Haiti**

SAMUEL MORANCY

Foz do Iguaçu

2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP).**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA
(CPS) – SOCIEDADE, ESTADO E
POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA.**

**Intervenção internacional e colonialidade do poder: CORE GROUP,
um agente de desintegração entre Estado e sociedade no Haiti**

SAMUEL MORANCY

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade
e Política (ILAESP) da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política e Sociologia.**

Orientador: Dr Carlos Francisco Bauer

Foz do Iguaçu

2024

SAMUEL MORANCY

**Intervenção internacional e colonialidade do poder: CORE GROUP,
um agente de desintegração entre Estado e sociedade no Haiti**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade
e Política (ILAESP) da Universidade Federal da
Integração Latino-Americana, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política e Sociologia.**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Francisco Bauer

Prof^ª. Dr^ª. Felix Pablo Friggeri

Prof^ª. Dr^ª. José Renato Vieira Martins

Aprovado em: Foz do Iguaçu,

Dedico este trabalho, primeiro, a minha família, minha esposa linda Marie Claudine Nozil, meu amável filho Kemy N. Morancy e meus dois irmãos Davidson Bazile e Guiteau A. Charles, que sempre me apoiaram nos meus empreendimentos; também aos meus irmãos de luta como Walner Osna, Fritznel Honneur, Luder Providence, Frantz-Guy Celesting, Mackenson Beauvais, John Rock Gougueder Jean, Job Paul e Jean-Bernard Jean-Louis por seus incentivos acadêmicos, também aos lutadores de Sèk Janil, Sèk Gramsci, Lakou etc.; igualmente aos caros amigos da UNILA como Jonassaint Joseph, Patrick Joseph, Samuel Emmanuel por seus conselhos acadêmicos.

Agradecimentos

Eu agradeço ao professor, e amigo Carlos Francisco Bauer pelas trocas de ideias sobre o Haiti e o marxismo haitiano, e pela sua aceitação de orientar o TCC;

ao professor, e amigo José Renato Vieira Martins como avaliador e que manifestou grande interesse pela pesquisa sobre o Haiti e a vida dos haitianos no Brasil;

ao professor e amigo Felix Pablo Friggeri como avaliador e pelas trocas de ideias sobre Haiti e que surpreendeu por sua riqueza intelectual sobre o mundo rural haitiano;

à professora Maria Alejandra Nicolás por sua orientação no projeto de Iniciação científico sobre a relação entre as TIC's e política que contribui muito na concepção metodológica do presente trabalho;

a Walner Osnar por seu incentivo e suporte moral pela retomada do caminho acadêmico;

a minha querida Marie Claudine Nozil que juntou força comigo há quase 9 anos para enfrentar os desafios sentimentais, intelectuais e materiais da vida, sem esse suporte esse trabalho não poderia se realizar;

enfim, a todos os demais amigos aqui em Foz do Iguaçu como Celena Santana, Lutha Eloi, Sadrac Dorcinvil, Bachelard Andy Shamy Larose, Cynthia Baescha Larose.

Resumo

O presente trabalho examina o envolvimento do CORE GROUP no cenário político do Haiti durante o período de crise de 2018-2021. O objetivo deste estudo é analisar os posicionamentos da comunidade internacional, conforme articulados pelo CORE GROUP durante o período de crise (2018-2021), para explicar como impactam na articulação entre Estado e sociedade no Haiti. O CORE GROUP, que funciona como um consórcio de intervenção internacional no Haiti, é composto por embaixadores de um conjunto de países e de representantes de uma série de organizações internacionais seguintes: Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Brasil, OEA, ONU e UE. A composição desse grupo sugere uma certa colonialidade subjacente nas intervenções internacionais, refletindo os legados históricos coloniais e imperiais das nações envolvidas nele em relação ao Haiti. Consequentemente, no referencial teórico do trabalho, o conceito de comunidade internacional, junto com suas diversas organizações intervencionistas, é interpretado como uma das arquiteturas de poder por meio da qual o imperialismo contemporâneo opera. Nesse sentido, a intervenção internacional é percebida como uma das modalidades operacionais do imperialismo coletivo predominantemente orquestrado pelos Estados Unidos. Nossa investigação, caracterizada como pesquisa documental qualitativa, aborda as declarações de posição emitidas pelo CORE GROUP durante a crise de 2018-2021 como uma fonte significativa de dados; portanto, emprega a documentação como técnica para coleta de dados e, posteriormente, integra a análise de conteúdo à análise do discurso como um método para examinar as informações coletadas. Esse esforço analítico revela que os ditados da comunidade internacional, pautados na criminalização dos movimentos populares para legitimar o exercício da repressão estatal contra a população, na implementação da democracia liberal instrumental e na aplicação das políticas neoliberais, alimentam e perpetuam a desintegração entre o Estado e a sociedade no Haiti.

Palavras-chave: Intervenção internacional, imperialismo contemporâneo, colonialidade do poder, crise social haitiana e Core Group

Resumen

Este trabajo examina la participación de CORE GROUP en el panorama político de Haití durante el período de crisis 2018-2021. El objetivo de este estudio es analizar las posiciones de la comunidad internacional, articuladas por CORE GROUP durante el período de crisis (2018-2021), para explicar cómo impactan la articulación entre Estado y sociedad en Haití. El CORE GROUP, que funciona como un consorcio de intervención internacional en Haití, está integrado por embajadores de un grupo de países y representantes de una serie de organismos internacionales: Estados Unidos, Canadá, Francia, Alemania, España, Brasil, OEA, ONU y UE. La composición de este grupo sugiere una cierta colonialidad subyacente en las intervenciones internacionales, lo que refleja los legados coloniales e imperiales históricos de las naciones involucradas en ella en relación con Haití. En consecuencia, en el marco teórico del trabajo, el concepto de comunidad internacional, junto con sus diversas organizaciones intervencionistas, se interpreta como una de las arquitecturas de poder a través de las cuales opera el imperialismo contemporáneo. En este sentido, la intervención internacional se percibe como una de las modalidades operativas del imperialismo colectivo predominantemente orquestada por Estados Unidos. Nuestra investigación, caracterizada como investigación documental cualitativa, aborda como fuente significativa de datos los pronunciamientos emitidos por CORE GROUP durante la crisis 2018-2021; por lo tanto, emplea la documentación como técnica de recopilación de datos y posteriormente integra el análisis de contenido con el análisis del discurso como método para examinar la información recopilada. Este esfuerzo analítico revela que los dictados de la comunidad internacional, basados en la criminalización de los movimientos populares para legitimar el ejercicio de la represión estatal contra la población, la implementación de la democracia liberal instrumental y la aplicación de las políticas neoliberales, alimentan y perpetúan la desintegración entre el Estado y la sociedad en Haití.

Palabras clave: Intervención internacional, imperialismo contemporáneo, colonialidad del poder, crisis social haitiana y Core Group.

Résumé

Ce travail examine l'implication de CORE GROUP dans le paysage politique haïtien pendant la période de crise 2018-2021. L'objectif de cette étude est d'analyser les positions de la communauté internationale, telles qu'articulées par CORE GROUP pendant la période de crise (2018-2021), pour expliquer comment elles impactent l'articulation entre l'État et la société en Haïti. Le CORE GROUP, qui fonctionne comme un consortium international d'intervention en Haïti, est composé d'ambassadeurs d'un groupe de pays et de représentants d'une série d'organisations internationales : États-Unis, Canada, France, Allemagne, Espagne, Brésil, OEA, ONU et UE. La composition de ce groupe suggère une certaine colonialité sous-jacente aux interventions internationales, reflétant l'héritage colonial et impérial historique des nations impliquées dans cette intervention en relation avec Haïti. Par conséquent, dans le cadre théorique de la recherche, le concept de communauté internationale, avec ses diverses organisations interventionnistes, est interprété comme l'une des architectures de pouvoir à travers lesquelles opère l'impérialisme contemporain. En ce sens, l'intervention internationale est perçue comme l'une des modalités opérationnelles de l'impérialisme collectif orchestré majoritairement par les États-Unis. Notre enquête, qualifiée de recherche documentaire qualitative, aborde les prises de position émises par CORE GROUP lors de la crise de 2018-2021 comme une source de données importante ; par conséquent, il utilise la documentation comme technique de collecte de données et intègre ensuite l'analyse de contenu à l'analyse du discours comme méthode d'examen des informations collectées. Cet effort d'analyse révèle que les diktats de la communauté internationale, fondés sur la criminalisation des mouvements populaires afin de légitimer la mise en branle de la répression étatique contre la population, la mise en œuvre d'une démocratie libérale instrumentale et l'application de politiques, alimentent et perpétuent la désintégration entre l'État et la société en Haïti.

Mots-clés : Intervention internationale, impérialisme contemporain, colonialité du pouvoir, crise sociale haïtienne et Core Group

Abstract

This work examines CORE GROUP's involvement in Haiti's political landscape during the 2018-2021 crisis period. The objective of this study is to analyze the positions of the international community, as articulated by CORE GROUP during the period of crisis (2018-2021), to explain how they impact the articulation between State and society in Haiti. The CORE GROUP, which functions as an international intervention consortium in Haiti, is made up of ambassadors from a group of countries and representatives from a series of international organizations: United States, Canada, France, Germany, Spain, Brazil, OAS, UN and EU. The composition of this group suggests a certain underlying coloniality in international interventions, reflecting the historical colonial and imperial legacies of the nations involved in it in relation to Haiti. Consequently, in the theoretical framework of the work, the concept of international community, together with its various interventionist organizations, is interpreted as one of the architectures of power through which contemporary imperialism operates. In this sense, international intervention is perceived as one of the operational modalities of collective imperialism predominantly orchestrated by the United States. Our investigation, characterized as qualitative documentary research, addresses the position statements issued by CORE GROUP during the 2018-2021 crisis as a significant source of data; therefore, it employs documentation as a technique for data collection and subsequently integrates content analysis with discourse analysis as a method for examining the information collected. This analytical effort reveals that the dictates of the international community, based on the criminalization of popular movements to legitimize the exercise of state repression against the population, the implementation of instrumental liberal democracy and the application of neoliberal policies, fuel and perpetuate the disintegration between the State and society in Haiti.

Keywords: International intervention, contemporary imperialism, coloniality of power, haitian social crisis and Core Group

Lista de abreviaturas e siglas

BINUH: Escritório integrado das Nações Unidas no Haiti

BM: Banco Mundial

CORE GROUP: Group de base ou de apoio

FMI: Fundo Monetário Internacional

FPM: Força Provisória Multinacional das Nações Unidas

MANUH: Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti

MICAH: Missão de Apoio Civil Internacional no Haiti

MICIVIH: Missão Civil no Haiti

MINOPUH: Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti

MINUAH: Missão das Nações Unidas no Haiti

MINUJUSTH: Missão das Nações Unidas para o apoio da justiça no Haiti

MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti

MITNUH: Missão de transição das Nações Unidas no Haiti

MMAS: Missão Multinacional de Apoio à Segurança

OEA: Organização dos Estados Americanos

ONG: Organização não-governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

ONUVEH: Observadores das Nações Unidas para Verificação das Eleições no Haiti

OTAN: Organização do Tratado Atlântico-Norte

PNH: Polícia Nacional do Haiti

UE: União Europeia

PETROCARIBE:

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de figuras

Figura 1: Mapa das viagens de Cristóvão Colombo na região caribenha.....	20
Figura 2: Mapa, volume e direção do tráfico de cativos africanos das regiões africanas às regiões americanas.....	21
Figura 3: Mapa mostrando a rota comercial ligando o Pacífico com o Atlântico pelo Canal de Panamá passando pelo “Môle Saint Nicolas” do Haiti.....	27
Figura 4: Distribuição das tropas da MINUSTAH no território haitiano por países.....	34
Figura 5: O presidente Jovenel Moïse em foto com os principais embaixadores/as do CORE GROUP após um encontro sobre a crise de 2018.....	67
Figura 6: Um comunicado do Core Group publicado no site oficial da embaixada da França no Haiti.....	68
Figura 7: Um comunicado do Core Group no site da missão da ONU no Haiti (BINUH).....	69
Figura 8: Um comunicado do Core Group no site oficial da OEA.....	70
Figura 9 : Uma outra foto do presidente Jovenel Moïse postado com os embaixadores do Core Group depois de um encontro em meio à crise 2018-2021.....	73

Sumário

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Lista de abreviaturas e siglas.....	10
Lista de figuras.....	11
Sumário	12
Introdução.....	14
CAPÍTULO I: As raízes históricas e as atualidades da intervenção internacional na política no Haiti.....	18
1.1 Da invasão de 1492 à Revolução de 1804: o Novo Mundo nasce e morre na terra do Haiti.....	19
1.2 O Haiti na mira das intervenções estrangeiras de 1825 a 1934.....	23
1.3 As diferentes formas de intervenção internacional no Haiti desde 1945 à atualidade.....	29
1.4 O CORE GROUP: uma forma inédita de intervenção internacional na política haitiana.....	36
CAPÍTULO II: A intervenção internacional dentro da lógica da Ordem mundial contemporâneo: considerações teórico-conceituais.....	39
2.1 A Ordem Mundial contemporâneo: da intervenção estrangeira à intervenção internacional.....	40
2.2 A gramática da intervenção internacional : da colonialidade do poder à necropolítica.....	43
2.3 A colonialidade do poder: desencontro entre Estado e sociedade.....	47

2.4 O discurso democrático como arma ideológica do imperialismo contemporâneo.....	53
--	----

CAPÍTULO III: Análise sobre a atuação do CORE GROUP na política no Haiti durante o cenário de crise 2018-2021.....58

3.1 Procedimentos metodológicos.....	59
--------------------------------------	----

3.2 Um breve olhar para o período de crise 2018-2021.....	63
---	----

3.3 CORE GROUP: expressão do imperialismo contemporâneo.....	65
--	----

3.3.1 Imperialismo colectivo: grupo de apoio contra a soberania popular.....	65
--	----

3.3.2 Prescrição precarizante do neoliberalismo.....	71
--	----

3.3.3 Promoção da democracia das urnas.....	72
---	----

3.3.4 Criminalização da democracia das ruas.....	77
--	----

3.3.5 Divorcio do Estado com a Sociedade.....	80
---	----

Considerações finais.....	83
----------------------------------	-----------

Referências bibliográficas e outras fontes.....	85
--	-----------

Introdução

Nos quatro cantos do mundo, Haiti é representado e de fato assim é conhecido como um país ingovernável, assolado por uma crise crônica que leva milhares do seu povo a migrar como miseráveis. A ideia que está atrás desta campanha tem motivo racista querendo convencer o mundo inteiro que esse povo negro que desafiou o Ocidente não pode se governar conforme as regras da civilidade contemporânea. Portanto, as raízes da crise haitiana são coloniais, isto é elas são ocidentais. A sociedade haitiana, dos tempos coloniais aos tempos nacionais, constitui o resultado das crueldades, barbaridades da civilização europeia ou ocidental que se realiza na desumanização de outros povos não-brancos afora conquistados. O Haiti nasceu de um dilema : continuar na via colonial ou tomar uma via alternativa conforme a revolução. Finalmente, a via colonial foi escolhida e a situação piorou até produzir essa espécie de sociedade que temos hoje. Haiti é uma formação social manipulada desde fora pelo mundo ocidental ao determinar uma crise de sociedade endêmica nela desde o início do século XIX até a atualidade.

Segundo, Michel Hector (2006), o país tem conhecido quatro grandes crises sistêmicas na sua história: crise de 1843-1846, crise de 1867-1870, a crise de 1908-1915, e finalmente a crise de 1986 até a atualidade. Essa última passou vários cenários marcados cada vez por momentos de contestação contra governos, golpes de estado, e contestação de eleições. A respeito disso, nós conhecemos certos momentos marcantes como o golpe de estado contra o presidente Jean-Bertrand Aristide em 1991, o período da junta militar (1991-1994), contestação ao presidente Jean-Bertrand Aristide desde 2003 até sua deposição em 2004, o período de transição (2004-2006), a contestação da eleição de Jovenel Moise em 2016, e a contestação do governo de Jovenel Moise de julho de 2018 ate seu assassinato em julho 2021. Desde então, o país passou de um primeiro período de transição democrática fracassada (2021-2024) para um segundo período de transição que teve início no mês de março de 2024.

Por consequência, aquelas quatro últimas décadas da história política contemporânea do Haiti são marcadas por um fenômeno crucial que merece captar a atenção de toda pessoa desejosa de entender a crise social atual: a intervenção internacional. Com efeito, desde 1986, depois da queda da ditadura dos Duvalier instaurada em 1957 e patrocinada pelas potências ocidentais, o Haiti, lançado em um processo de transição democrática, está em busca de uma

estabilidade democrática sem sucesso até hoje. Isto é, a trajetória da construção democrática no Haiti vem a ser pavimentada de eleições contestadas, golpes de estados, movimentos populares. Portanto, a comunidade internacional, com suas várias formas de intervenção na esfera política haitiana, acompanha e monitora esse processo desde o começo.

Pois é, o Haiti faz-se o palco mais espectacular de intervenções internacionais desde 1990 com o envio de missão civil para a observação de eleições e a defesa de direitos humanos (ONUVEH em 1990); de uma missão militar para restaurar a democracia (Intervenção norte-americana em 1994); de uma missão civil e militar (MINUSTAH entre 2004 e 2017) para a paz e a estabilização sem contar inúmeras missões de enviados especiais para dar ditados aos governos. Depois veio a MINIJUSTH cuja duração se estende entre 2017 e 2019. Agora, há uma missão civil da ONU chamada de BINUH que desde 2019 acompanha os governos e as crises no Haiti, reforçada recentemente pela missão militar queniana a partir da chegada das primeiras contingentes de soldados no país (MMAS em junho de 2024). Paralelamente a essas missões da OEA e da ONU, as potências donas da nova ordem mundial, desde a alvorada do segundo milênio 2000, criaram um grupo de base e de apoio à democracia no Haiti chamado de CORE GROUP que não surge a partir de acordo nenhum entre o Estado haitiano e os países que compõem esse bloco. Esse grupo, que se autodeclara conformado de países amigos do Haiti, é composto pelos embaixadores dos Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha, Canadá, Brasil, do representante da União Europeia, do representante da OEA e do representante da ONU.

Assim sendo, a intervenção internacional é concebida e é amplamente estudada como uma missão humanitária civil ou militar, para o restabelecimento da paz, a restauração da democracia e segurança. Por isso, missões como MINUSTAH, MINIJUSTH e BINUH que decorrem de resoluções votadas na ONU conseguem chamar a atenção de jornalistas, militantes, intelectuais e acadêmicos a nível internacional. Portanto, lendo Seitenfus (2002), vemos que existem algumas modalidades de intervenção internacional como: pressões em sentido lato, rompimento de relações diplomáticas e comerciais, embargo e outras sanções internacionais, intervenção consentida e intervenção armada. Modalidades que não deixam nenhuma diferença entre ingerência e intervenção. Por isso, no presente trabalho, abordamos a ingerência do CORE GROUP enquanto um caso de intervenção internacional na política no Haiti. Assim, achamos um coletivo de embaixadores como o CORE GROUP que se expressa em nome da comunidade internacional constitui um modo pouco conhecido de intervenção

internacional na política no Haiti que merece ser estudado. Nós não acreditamos que ele foi abordado em nenhum trabalho científico como pretendemos fazê-lo no presente trabalho. Então, queremos levar ao conhecimento da comunidade acadêmica o CORE GROUP como uma forma inédita de intervenção internacional na política que não faz objeto de trabalhos científicos ainda.

O CORE GROUP tem uma implicação de destaque na política haitiana desde a crise que levou à deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide em 2004. Ele é envolvido profundamente em todas as eleições gerais (2006, 2011 e 2015) no Haiti que sempre foram denunciadas de fraude. É bizarro que Bestgen (2018) efetuou uma pesquisa sobre a ingerência internacional nessas três eleições e não mencionou o CORE GROUP em nenhuma parte do trabalho. O grupo não dissimula suas posições em favor do presidente Michel Joseph Martelly que governou em função dos interesses hegemônicos do sistema internacional. Nessa sequência, em 2018, eclodiu-se uma crise a partir de uma série de manifestações populares que reclamavam da subida do preço do combustível e dos demais produtos de primeira necessidade. Esse movimento é seguido por um outro movimento que denunciou os casos de corrupção do regime PHTK na gestão do programa PETROCARIBE. Mais na frente, ambos os movimentos conjugaram sua força para pedir a demissão do presidente Jovenel Moïse por ele ser citado na dilapidação dos fundos PETROCARIBE e indeciso para resolver os problemas de ordem material da população. O CORE GROUP se posicionou abertamente em favor do presidente corrupto contra os movimentos reivindicativos da população. Este apoio era decisivo para o presidente continuar no poder sem legitimidade de organizar as eleições e sem vontade de satisfazer as demandas da população até ser assassinado em julho de 2021 em condições pouco elucidadas.

É óbvio que os posicionamentos do CORE GROUP em relação aos movimentos de reivindicação entre 2018 e 2021 constituíram uma de ingerência expressa da comunidade internacional na política haitiana. Não podemos conduzir mais um trabalho para dizer o que é mais considerado próprio das intervenções internacionais no Haiti. A ingerência se revela sempre um meio e não um fim. A finalidade poderia visar proteger os interesses dos Estados Unidos contra as demandas populares para um eventual governo anti-neoliberal e anti-imperialista. Também as demandas da população nesse movimento não representavam um ataque aos interesses estratégicos dos Estados Unidos, pior que não de qualquer vínculo orgânico com um partido fortemente anti-neoliberal e anti-imperialista. Então, a intervenção

internacional no Haiti é frequentemente abordada como uma espécie de ingerência na política de um lado (BESTGEN, 2018), e é tratada enquanto uma manobra estratégica dos Estados Unidos para manter o Haiti sob sua influência hegemônica por outro lado (MARTINS, 2019). Portanto, nesta pesquisa, visamos explorar um outro aspecto da intervenção internacional na política haitiana. Essa consideração nos leva a querer saber e a procurar responder a seguinte pergunta: **Como os posicionamentos da comunidade internacional, conforme articulados pelo CORE GROUP durante o período de crise (2018-2021), impactam na articulação entre Estado e Sociedade no Haiti?**

A nossa hipótese formulada para essa pergunta de pesquisa é a seguinte: **Os ditados da comunidade internacional, pautados na criminalização dos movimentos populares para legitimar o exercício da repressão estatal contra a população, na implementação da democracia liberal instrumental e na aplicação das políticas econômicas liberais, alimentam e perpetuam a desintegração entre o Estado e a sociedade no Haiti.** Porque as demandas da população se formulam principalmente em torno da busca pela melhoria nas condições de vida e pela participação política efetiva. Consequentemente, pretendemos ressaltar, através da atuação desse grupo, uma contradição na intervenção internacional que pretende apoiar uma solução durável à crise no Haiti enquanto ao mesmo tempo alimenta o desencontro e a distância do poder político com a sociedade pela maneira como ele influencia o projeto democrático haitiano. Visto que o endêmico desencontro do Estado com a sociedade no Haiti está na origem da crise sistêmica que assola esse país há mais de dois séculos (TROUILLOT, 1996). Esse desencontro, além da política, se manifesta também no campo da economia, da cultura e da educação. Assim, na anunciada transição democrática de 1986, a população viu uma ocasião de remediar com essa separação histórica ao considerar a democracia como um regime político que pode levar o Estado a melhorar suas condições de vida. Portanto, a comunidade internacional, de fato os Estados Unidos, percebe a democracia como um instrumento para eleger governos servindo como corolário ao capitalismo neoliberal.

Daí surgiu o objetivo geral deste estudo que é analisar os posicionamentos da comunidade internacional, conforme articulados pelo CORE GROUP durante o período de crise (2018-2021), para explicar como impactam na articulação entre Estado e Sociedade no Haiti. Esse objetivo geral desdobra-se em vários objetivos específicos nos seguintes: 1) Apresentar as raízes históricas e as atualidades da intervenção internacional na

política no Haiti, especialmente ressaltar as agressões históricas dos países que fazem parte do CORE GROUP contra o Haiti; 2) Situar a intervenção internacional na lógica do imperialismo contemporâneo operando a partir do Sistema-Mundo contemporâneo, ou melhor dizendo, da ordem global regida pela colonialidade do poder. Essa parte serve de referência teórica à pesquisa; 3) Analisar a atuação do CORE GROUP como um dispositivo de intervenção internacional na política haitiana cujo papel é de manter distantes e desintegrados o Estado e a sociedade no Haiti. Assim, a comunidade se mostra hostil aos movimentos de reivindicações populares que sempre buscam uma aproximação e uma integração com o poder político.

No primeiro capítulo, nós desenvolvemos a ideia de que, as raízes da intervenção internacional remonta, primeiro, aos tempos coloniais desde a invasão da terra dos Tainos, Caribes e Arawaks em 1492 até a Revolução haitiana em 1804; segundo, da Revolução haitiana até o período da Ocupação americana em 1934. E consideramos como atualizações da intervenção internacional no Haiti as repetidas missões de 1990 a hoje em dia supervisionadas por CORE GROUP desde 2004. No segundo capítulo, entendemos a intervenção internacional dentro da lógica da ordem global contemporânea enquanto um modo de manifestação da colonialidade do poder que tende a fundamentar a legitimidade dos Estados periféricos no apoio dos Estados imperialistas centrais. Assim, veremos que a nova ordem mundial ou a ordem mundial contemporânea não é tão nova e contemporânea em todos os seus aspectos em relação à ordem mundial colonial. No terceiro capítulo, mostraremos que, a partir de uma análise do posicionamento do CORE GROUP no cenário de crise (2018-2021), a comunidade internacional visa impedir toda relação baseada na legitimidade e na confiança entre o Estado e a sociedade na primeira República caribenho.

CAPÍTULO I: As raízes históricas e as atualidades da intervenção internacional na política no Haiti

Neste capítulo, nós desenvolvemos a ideia de que as raízes da intervenção internacional remonta, primeiro, aos tempos coloniais desde a invasão da terra dos Tainos, Caribes e Arawaks em 1492 até a Revolução haitiana em 1804; segundo, da Revolução haitiana até o período da Ocupação americana em 1934. E consideramos como atualizações da intervenção

internacional no Haiti as repetidas missões da comunidade internacional de 1990 a hoje em dia, que passaram a ser supervisionadas por CORE GROUP desde 2004.

1.1 Da invasão de 1492 à Revolução de 1804: o Novo Mundo nasce e morre na terra do Haiti

A aventura marítima de Cristóvão Colombo que o acabou levando para as terras do atual continente americano, especialmente o Caribe, teve lugar no ano 1492. 12 de outubro ele e sua tripulação atingiram uma das ilhas do atual Bahamas que ele denominou São Salvador, 26 de outubro chegou à ilha do atual chamada de Cuba, enfim 6 de dezembro pisou na ilha do Haiti. Eles foram recebidos, acolhidos e hospitalizados até que eles se recompuseram com todo respeito devido a um estranho. Pouco tempo depois, Colombo tomou a iniciativa de construir o Forte da Natividade antes de resolver voltar para Espanha em 11 de janeiro de 1493. O nome do Forte é indicativo em termos da concepção que os tinham das terras invadidas, isso quer dizer que esse continente não tinha existência antes de sua chegada. Esse Forte, pelo seu nome, representa o ato pelo qual esse mundo nasceu. Por isso, eles se sentem ter direito de apagar tudo de cultura, de história e de conhecimento que eles encontraram no seu caminho.

Na ausência de Colombo, um grupo de espanhóis decidiu penetrar no interior bem profundo da ilha. Havia um chefe índio intrépido, chamado Caonabo, que reagiu corajosamente contra essa invasão, ao expulsá-los de seu território. Seu contra-ataque lhe obrigou a entrar no território do distrito vizinho que albergou os invasores. Conseqüentemente, o Forte da Natividade foi incendiado por Caonabo durante esse contra-ataque. Em 22 de novembro de 1493, Cristóvão Colombo desembarcou e começou a buscar desesperadamente os traços do Forte. Entendendo rapidamente o que aconteceu, ele resolveu seguir e decidiu fundar a primeira cidade do suposto Novo Mundo chamada Isabela em homenagem à Rainha Isabel a católica da Espanha. Junto a isso, eles decidiram denominar a ilha Hispaniola que significa pequena Espanha. Essa cidade era constantemente exposta a ameaças de destruição por parte de Caonabo. Os espanhóis prepararam uma armadilha para Caonabo e o capturaram e o fizeram preso. Depois, eles o mandaram para Espanha, o navio que o transportava naufragou e desapareceu para sempre.

Figura 1: Mapa das viagens de Cristóvão Colombo na região caribenha



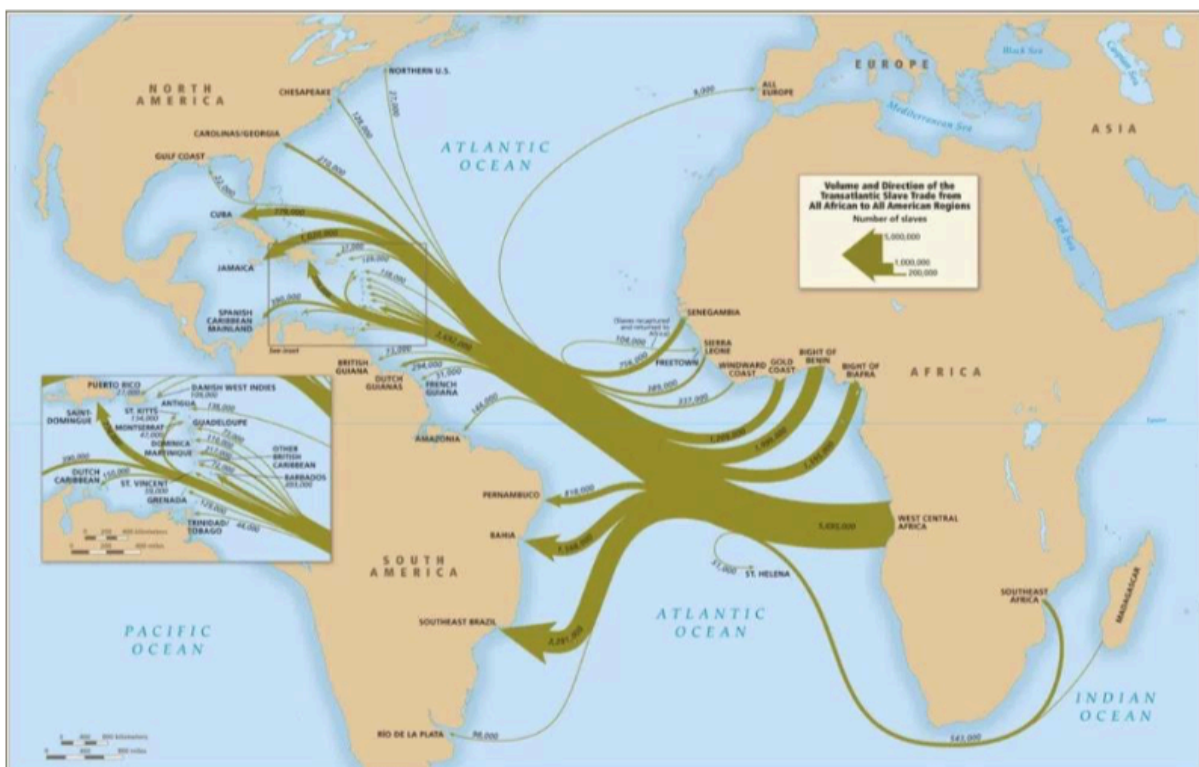
Fonte: Escola Britânica, citada por Martins, 2019, p. 16.

Manicatex, o irmão de Caonabo, pegou a liderança das tropas índias e lançou um ataque maciço contra a cidade de Isabela, cuja batalha se travou na planície Vega Real, onde milhares de índios foram massacrados sob as armas mais sofisticadas dos espanhóis, como espada de aço, carvalho, fuzis etc. Além disso, os espanhóis eram reputados pela sua crueldade contra os índios por terem usado até os cães malucos nos combates que devoraram os índios por milhares. Com a queda de Caonabo e de seu irmão Manicatex na luta, a resistência perdeu força, eles conheciam um destino fatal. Depois da derrota dos índios a Vega Real, os espanhóis os escravizaram a fim de exploração de metais preciosos, especialmente o ouro. O trabalho forçado a que foram submetidos os índios ocasionou a exterminação de mais 80% da população da ilha em menos de 10 anos. Dai, vai abrir uma era de desgraça para os africanos que eram vistos como potenciais substitutos dos índios dizimados.

Em 1503, chegaram os primeiros cativos africanos traficados para serem escravizados na exploração mineira da colônia de Hispaniola. Eles foram buscados para substituir a mão de obra índia dizimada pela superexploração. Depois de ser suspenso por alguns anos, o tráfico de cativos foi retomado em 1517 com a autorização do Rei Carlos Quinto. Já em 1522,

não tardou a estourar a primeira revolta dos escravizados africanos nas plantações de Don Diego Colombo, filho de Cristóvão Colombo. Mas, essa retomada do tráfico de cativos africanos encontra seu melhor lugar de explicação nas ideias veementemente defendidas por Bartolomeu de Las Casas, sacerdote católico que se diz ter compaixão para os índios, mas detestou os africanos. Assim, ele que se auto-proclamou supostamente protetor dos índios acha que a Espanha deve substituir a mão de obra índia pelo dos africanos. Apesar disso, o reforço da mão de obra africana não fez parar a escravização dos índios. Assim, um homem índio escravizado de nome cacique Henri se revoltou contra seu mestre e ganhou as montanhas para montar uma resistência. Ele foi atacado repetidas vezes, mas resistiu até que os espanhóis viram a necessidade de assinar um pacto de não agressão mútua com ele. Ele virou então o primeiro rebelde marrom da Ilha do Haiti.

Figura 2: Mapa, volume e direção do tráfico de cativos africanos das regiões africanas às regiões americanas



Fonte: Geledés Instituto da Mulher Negra, citada por Martins, 2019, p. 21.

A colônia de Hispaniola conheceu um período de decadência quando os espanhóis começaram a explorar e conquistar outras terras na atual América central e meridional. Uma boa parte da população de Hispaniola migrou para as novas terras conquistadas. Também

outras potências europeias iniciaram suas aventuras coloniais a partir do início do século XVII que deixaram a Espanha numa posição desconfortável. Assim, os corsários ou piratas franceses se fixaram e se estabeleceram na ilha da Tartaruga desde o ano 1625. No entanto, eles tinham que esperar 1641 para a nomeação pela França de um governador denominado Le Vasseur a quem foi dada a missão de expulsar os ingleses e os espanhóis da ilha ocupada.

Finalmente, para pôr um termo a esses enfrentamentos incessantes, em 1697, foi assinado entre a França e Espanha o tratado de Ryswick que concedeu à França a parte ocidental da ilha conhecida hoje como o Haiti. A parte francesa foi batizada com o nome São Domingos. Para lançar a economia da sua nova colônia, os franceses se meteram no tráfico negro a fim de suprir a produção com a mão de obra africana. Durante o período 1750-1789, São Domingos recebeu por volta de trinta mil cativos africanos cada ano (DORSAINVIL, 1969). Diante da ferocidade do sistema de produção escravista inhumano, os africanos escravizados se rebelaram e revoltaram ao praticarem “le marronage” que consiste em fugir das plantações e se refugiar nas montanhas para viver livres. Dois dos nomes de marrons que permanecem na memória coletiva do povo são Mackandal que era capturado e decapitado em 1758 depois de muitos anos de resistência contra o sistema escravista, e Boukman que era a figura principal do primeiro grande agrupamento geral de escravizados em 14 de agosto de 1791 que foi o ato político mais significativo ao dar o pontapé à Revolução haitiana de 1804.

São Domingos com todas suas contradições políticas, econômicas e sociais foi o palco de grandes efervescências no final do século XVIII. Os mulatos ergueram suas reivindicações em torno da ideia de igualdade com os brancos; os escravizados africanos, por sua parte, quiseram ser livrados de suas correntes; os plantadores brancos exigiram uma renegociação do pacto colonial julgado injusto demais. Paralelamente, na França, havia grandes agitações revolucionárias desde 1789 lideradas pela burguesia francesa contra a monarquia e o feudalismo. Dentro dessas crises da França ao São Domingos, se fortaleceu a posição dos escravizados que acabaram sendo livrados da servidão em 29 de agosto de 1793 pelos comissionados franceses por assistência militar levada contra os brancos realistas. Nessa sequência, o advento de Napoleão anunciou muitas incertezas em relação a essa vitória conquistada pelos escravizados. Assim, em 1802, ele mandou uma expedição militar bem maciça em São Domingos para restabelecer a escravidão, executar toda pessoa acima de 12 anos e deportar ou executar os líderes mulatos e negros. Aquela decisão reforçou a aliança

entre os líderes mulatos e os negros, Dessalines e Pétion, para conduzir a guerra até a derrota das tropas francesas em 18 de novembro de 1803 para proclamar a independência em 1 de janeiro de 1804.

A terra do Haiti, onde o “Novo Mundo” nasceu e batizou mediante a construção do Forte da Natividade, da fundação da cidade Isabela, criação da primeira colônia de nome Hispaniola e da escravização de milhares de índios e negros, é também onde a escravidão foi primeiramente abolida com uma revolução haitiana anticolonial e antiescravista (1791-1804). Por conta disso, até hoje o povo haitiano carrega uma cruz por ter se libertado pelas armas. As potências ocidentais querem mostrar ao Mundo inteiro que foi um erro capital que os ancestrais desse povo cometeu. Assim, eles apoiam todo plano que consiste na instabilidade política, no subdesenvolvimento e na miséria deste país

1.2 O Haiti na mira das intervenções estrangeiras de 1825 a 1934

O Haiti arrancou sua independência do Ocidente em 1804 em um contexto particular depois de mais de uma década de luta (1791-1804) entre os colonizadores franceses e os escravizados africanos. Dentro da realidade das relações europeias com os demais povos não brancos onde se normalizaram conquista, saqueio, estupro, escravidão e racismo, a nascente nação negra caribenha enfrentou grandes calamidades diplomáticas para se forjar um reconhecimento internacional como povo livre. Assim, as ameaças de invasão, re-colonização e re-escravização por parte das potências coloniais europeias da então época pesaram muito sobre o destino político do país. A referida pressão culminou até que em 1825 o governo de Jean-Pierre Boyer cedeu à pressão e pagou uma indenização aos antigos colonos franceses estimada a um valor de 150 milhões de francos, além de outros favores comerciais e financeiros concedidos ao capitalismo francês. O Estado haitiano pegou esse valor emprestado de bancos franceses para indenizar os próprios franceses. Com efeito, conformemente reportado pelo jornal virtual DW “Em 1825 a França estabeleceu condições rigorosas para reconhecer a independência haitiana: além do pagamento de 150 milhões de francos – o triplo do produto interno bruto da ilha na época –, a redução à metade as taxas aduaneiras para produtos franceses” (DW, 24/03/2024).

Após essa indenização forçada e humilhante, o país passou a ter uma normalização diplomática relativa com alguns países europeus, mas suas relações continuaram sendo irregulares com as antigas colônias das Américas que não entenderam ainda abolir a

escravidão. Isto é, os Estados Unidos demoraram mais de meio século para reconhecerem a independência da Ilha. Aliás, eles ataram relações diplomáticas com Haiti em 1862 quando estavam prestes a abolir a escravidão. O Brasil, por seu lado, esperou até 1928 por se relacionar no plano diplomático com o Haiti depois de 40 anos da abolição da escravidão brasileira. Enquanto isso, as elites mestiças locais aproveitaram da tranquilidade diplomática para prosseguir com sua agenda de exclusão, marginalização e superexploração das massas populares, especificamente o campesinato cuja sua condição de vida e trabalho foi regida pelo código rural neocolonial de 1826. Na verdade, o reconhecimento da independência do país pela comunidade internacional escravista condiciona em troca certas medidas de terrorização das massas populares e de contenção da Revolução haitiana para não exportá-la. Com efeito, aquela normalização diplomática anda de mão dada com uma liquidação da independência econômica nacional entregue numa bandeja de prata aos comerciantes das potências estrangeiras cujas principais vítimas são os camponeses haitianos. Em 1860, mais uma ferramenta neocolonial se forjou com a assinatura da concordata de Santa Sé entre o Vaticano e o Estado haitiano governado pelo presidente Fabre Nicolas Géffrard, visando a educar, evangelizar e civilizar o povo haitiano mediante a erradicação do culto vodu.

Entretanto, na segunda metade do século XIX, o capitalismo a nível internacional conhecia uma nova fase ao passar de uma fase concorrencial para uma fase monopolista marcada pela fusão do capital financeiro com o capital industrial e pela superprodução em busca de mercado (LENINE, 1916). Esse novo panorama desencadeou uma série de agressões por parte das potências capitalistas nas regiões da África, da América latina e do Caribe. É claro que os Estados Unidos não esperavam essa fase para iniciarem sua série de agressões, invasões e anexações. Desde 1821, mediante a famosa doutrina de Monroe, eles projetaram a expansão do seu território em detrimento do do México após uma longa guerra (1828-1848) e se garantiram o controle dos mercados das antigas colônias dos europeus para escoar os produtos de suas indústrias montantes mediante pressões diplomáticas e militares no Caribe, na América central e do Sul.

A segunda metade do XIX foi marcada pela ocorrência da segunda revolução industrial que impulsionou o capitalismo até a fase imperialista. Essa fase ocasionou diversas mudanças no mapa político e econômico do mundo. De um lado, as potências colonialistas-capitalistas europeias, perdendo terreno nas Américas com o fluxo de movimentos independentistas e revolucionários anti-colonialistas, lançaram o

empreendimento de colonizar o continente africano. Para fazê-lo, elas organizam a conferência de Berlim em 1885 para reforçarem politicamente os desígnios e teorias racistas e para compartilharem-se as terras do continente africano. Dessa vez, até os alemães e os belgas que não foram bons conquistadores no século XVI e XVII receberam sua fatia do bolo. Por outro lado, os Estados Unidos acentuaram sua política de intervenção baseada na doutrina de Monroe “América para os americanos” que consistia em ocupar e dominar as antigas colônias das potências europeias no interesse do capitalismo norte-americano. Assim, em 1898, os Estados Unidos intervieram em Cuba e Porto Rico submetendo-os a uma ocupação tutelar; em 1905, os marinheiros estadunidenses invadiram a República Dominicana, em seguida a ocuparam militarmente entre 1916 e 1924.

Eram recorrentes as intervenções estrangeiras que pretendiam proteger os interesses dos seus cidadãos-comerciantes durante o período 1860-1915 além de intervenções solicitadas pelos governos para combater os opositores políticos. Mas, citaremos os mais ilustres acontecimentos daquelas intervenções. Pois é, em 1865, a cidade de Cabo-Haitiano foi bombardeada pela marinha inglesa a pedido do presidente Geffrard para intimidar seus adversários políticos. Em 1861, aconteceu que o presidente Geffrard ajudou os dominicanos na sua luta pela restauração da sua independência contra os ocupantes espanhóis; o capitão-general Francisco Serrano Domínguez ordenou ao almirante Rubalcava de punir o governo de Geffrard. Assim, os espanhóis ameaçaram não bombardear as principais cidades a não ser que o governo de Geffrard concordasse em pagar uma indenização de 200 000 gourdes e saudar a frota espanhola com 21 tiros de canhões. Após longas negociações diplomáticas, o governo pagou 25 000 gourdes além dos 21 tiros de canhões. Esse acontecimento se denominou na nossa história o Caso Rubalcava.

Em 1872 ocorreu o caso Batsch, um oficial militar alemão chamado de capitão Batsch chegou com seu navio nos mares de Porto-Príncipe com um ultimato exigindo a indenização de 15 000 dólares para dois cidadãos alemães. Segundo o Batsch, esses dois comerciantes alemães tinham sido prejudicados durante os governos de Fabre Geffrard (1859-1867) e de Sylvain Salnave (1867-1869). Porém, outra versão da situação faz entender que se tratava de uma punição porque o governo haitiano manifestou apoio à França contra a Alemanha durante a guerra de 1870. Nessa mesma trilha, depois da crise de 1867-1869, a França pediu uma soma de 251.275 francos para os comerciantes franceses, a Inglaterra exigiu 217. 775

libra esterlina para os residentes ingleses e os Estados Unidos cobraram o governo haitiano 86.260 dólares para seus businessmen.

No ano 1897, um cidadão haitiano de origem alemã, chamado Emile Luders, entrou em confronto com um policial que perseguiu um outro haitiano acusado de roubo. A polícia resolveu prender eles dois no caso e eles acabaram sendo condenados a uma pena de 1 ano de prisão. Em reação a isso, as autoridades diplomáticas exigiram a libertação imediata do Lüders. Somado à intervenção do representante alemão, o embaixador dos Estados Unidos pronunciou-se no caso, o presidente do então momento Tirésias Simon Sam decidiu absolver o Luders. Pouco tempo depois, a marinha alemã veio com dois navios de guerras com os pedidos seguintes: uma indenização de 20 000 dólares para Émile Lüders, uma carta de desculpas para o governo alemão, o retorno sem condição de Lüders a viver no Haiti, 21 tiros de canhões em saudação a bandeira alemã e uma festa para o encarregado de negócios alemão num de prazo de 4 horas para decidir de tudo isso. Aquele acontecimento é conhecido como o Caso Lüders na história nacional.

Em 1902, estourou uma guerra civil entre o bloco político liderado por Antenor Firmin e o encabeçado por Nord Alexis pelo controle do poder. Esse confronto dividiu todas as instituições do país, em particular o exército nacional, em duas frações. Hammerton Killick que era um almirante da força naval haitiana decidiu apoiar Antenor Firmin com seu navio de guerra. Ele trouxe uma ajuda vital para a causa do Firmin ao permitir o transporte de suas tropas de Gonaives e Cabo-Haitiano para Porto-Príncipe. Em resposta, Nord Alexis fez apelo aos marinheiros alemães para ajudá-lo a capturar o navio de Almirante Killick. Este último recusou-se a obedecer às chamadas de rendição do navio de guerra alemão; assim, ele resolveu esvaziar o barco, ficou com um punhado de tripulantes, enrolou-se na bandeira haitiana e explodiu-se junto com o navio que acabou afundando-se. Esse é o famoso ato patriótico denominado Caso do Almirante Killick.

Foi um período de muitas perturbações políticas internas com sempre o apoio de potências estrangeiras a governos ou a grupos opositores. Nesse mesmo período, os Estados Unidos, antes da sua intervenção militar e ocupação direta do Haiti, já tinham lançado uma ofensiva financeira com os comerciantes sírio-libaneses que chegaram por milhares na costa do Haiti munidos do capital financeiro estadunidense. Também, Antenor Firmin como ministro de governo teve que se implicar em um embate diplomático para evitar que os

americanos invadissem o “Mole St Nicolas” que é uma posição marítima estratégica que podia servir de bases de abastecimentos para os navios saindo do Oceano Atlântico indo para o Oceano Pacífico pelo Canal de Panamá.

Figura 3: Mapa mostrando a rota comercial ligando o Pacífico com o Atlântico pelo Canal de Panamá passando pelo “Môle Saint Nicolas” do Haiti.



Fonte: Asia comentada, citada por Martins, 2019, p. 47.

Entre as diferentes razões pelas quais o Haiti era objeto de tantas cobiças, humilhações políticas e diplomáticas, o historiador Leslie Manigat (Apud SEGUY, 2015, p. 259) destaca:

1. Sua posição geoestratégica no caminho ao canal de Panamá, com o cais [Môle] Saint-Nicolas considerado “o Gibraltar do Novo Mundo”;
2. a necessidade de transformação econômica do Haiti (sua liberalização) e de cumprimento do seu papel na divisão internacional do trabalho;
3. o controle do seu comércio exterior;
4. sua dívida externa;

5. A necessidade de comprovar que uma república negra é incapaz de se autogovernar.

Esse último ponto dos enumerados por Leslie François Manigat reveste uma importância capital para entender a configuração das relações internacionais com as potências neo-colonialistas capitalistas até hoje. O racismo sempre foi assumido solenemente por dirigentes desses países até tornar um elemento estrutural para eles pensarem suas relações políticas, econômicas e diplomáticas com o Haiti:

No início do século XX, antes da primeira invasão militar do País, um subsecretário do Estado norte-americano, William Philipps, declarou em relação aos haitianos: “Trata-se de um povo inferior, incapaz de manter o grau de civilização que deixaram-lhe os franceses ou de desenvolver a aptidão mais mínima à autonomia que dar-lhe-ia direito ao respeito e à conança da comunidade internacional” (CHOMSKY apud SEGUY, 2015, p. 527).

Nas vésperas da intervenção militar americano de 1915, em 1914, os marinheiros fizeram a irrupção no Banco Central Haitiano e levaram a reserva do Ouro avaliada a uma soma de 500.000 dólares sob pretexto de proteger os interesses americanos devido a uma crise política que assolou a ilha caribenha. Mais tarde, em 1915, os fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram na costa norte do Haiti e decretaram a ocupação militar do país até 1934.

Na verdade, essa fase denominada imperialismo ou estágio superior por Vladimir Lenine não causou instabilidade, invasão e ocupação somente nas Américas mas também na Europa ao estar à origem do estouramento das duas grandes guerras mundiais de 1914-1918 e 1939-1945. No intervalo dessas duas grandes guerras, os Estados Unidos haviam se tornado o maior produtor de bens industriais e o maior exportador de capitais, além de continuar sendo também o maior produtor de bens primários (CARR, 1981). Outro efeito da ascensão dos Estados Unidos foi a formação de dois blocos econômicos distintos na economia mundial: a área da libra e a área do dólar. Havia ainda uma terceira área, bem menos expressiva, formada na Europa sob a liderança da França (Ibid.). Graças a essas duas grandes guerras que acabaram desgastando o poder bélico das potências militares e capitalistas da Europa, os Estados Unidos aproveitaram para se consagrar como único superpotência do bloco ocidental ao criar uma nova ordem mundial baseada em um novo modelo de imperialismo (imperialismo coletivo).

1.3 As diferentes formas de intervenção internacional na política no Haiti

As primeiras intervenções da ONU, ou as primeiras intervenções internacionais, no Haiti foram de ordem de assistência ao desenvolvimento a partir do ano de 1947. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o presidente Harry Truman, em um discurso, declarou que seu país está pronto para levar conhecimento, tecnologia e assistência para o desenvolvimento dos países do pólo periférico do Sistema-Mundo. Vários países, inclusive o Haiti, se deixaram seduzir por este discurso e começaram a criar condições para se entregar ao capitalismo neoliberal:

O Governo Haitiano, desejando aproveitar a assistência técnica das Nações Unidas para delinear um programa de desenvolvimento econômico para o Haiti, solicitou, em 10 de julho de 1948, ao Secretário-Geral que organizasse uma missão técnica das Nações Unidas para esse fim, em de acordo com a resolução 51 (IV) do Conselho Econômico e Social de 28 de março de 1947 (Relatório da ONU, 1949)¹.

Essa política, conduzida pelas ONGs, criou condições para aplicar o neoliberalismo nos anos 1970 ao enfraquecer o pouco que restava de autonomia e de progressismo dos Estados periféricos. Mais tarde, de maneira confidencial, segundo Poligny-Morgant (1998), durante a ditadura dos Duvalier, a comunidade internacional por meio da ONU empreendeu as primeiras iniciativas de implicação direta na política haitiana desde 1981. Suas atividades reforçaram-se após a queda da ditadura na data de 07 de fevereiro de 1986 ao encarregar um expert independente sobre dossiê do Haiti. A seguir, os agentes da ONU começaram estabelecer contato com os atores políticos e as ONG de defesa dos direitos humanos em atividade no Haiti. Assim, no meio desse período pós-ditatorial muito agitado de diversos golpes de estado, em 1990, o governo de transição conduzido por Ertha Pascal Trouillot dirigiu um requerimento à Assembleia Geral da ONU para uma assistência e observação ao processo eleitoral em andamento. Formalmente, em outubro de 1990, a ONU despachou a sua primeira missão no Haiti, chamado ONUVEH (Observadores das Nações Unidas para Verificação das Eleições no Haiti).

Em 30 de setembro de 1991, o presidente Jean Bertrand Aristide, que saiu vitorioso das eleições de dezembro de 1990, foi derrubado por um golpe militar. Entre 1991 e 1993, a ONU quase não tomou nenhuma decisão de grande significância na política haitiana,

¹ Le Gouvernement haïtien, désireux de profiter de l'assistance technique des Nations Unies pour tracer les grandes lignes d'un programme de développement économique d'Haiti, a demandé, le 10 juillet 1948, au Secrétaire général d'organiser une mission technique des Nations Unies à cette fin, conformément à la résolution 51 (IV) du Conseil économique et social en date du 28 mars 1947 (Relatorio da ONU, 1949)

deixando a OEA acertando as contas com a conjuntura política gerida pela junta militar encabeçada pelo general Raoul Cedras. No entanto, de nada a ONU sentiu a necessidade de tomar uma decisão importante que lhe ajudasse a resgatar o controle da situação no cenário político do país deixado sob a responsabilidade da OEA. Assim, em 20 de abril de 1993, a ONU tem adotado uma resolução importante A/RES/40/47B que se outorgou a autorização de tomar parte da MICIVIH (Missão Civil no Haiti) (Fevereiro de 1993 - Março de 2000) ao lado da OEA que teve exclusividade de intervenção desde setembro de 1992.

Durante esse período, a instauração da democracia e a defesa dos direitos humanos foram os pontos mais relevantes da agenda política da intervenção internacional. Em 03 de julho de 1993, foi assinado um documento entre os principais protagonistas da crise haitiana conhecido como “Governors Island Agreement” para o restabelecimento da ordem democrática e o respeito dos direitos humanos. Mais tarde, em 13 de agosto de 1993, a ONU publicou um relatório do secretário geral para apoiar esse acordo junto com o acordo “New York Pact” no qual vários participantes de uma reunião na ONU, entre 14 e 16 de julho de 1993 em Nova York, se engajaram a voltar à normalidade democrática. Nesse objetivo, em 06 de maio de 1994, a ONU votou a resolução S/RES/917 proclamando que o restabelecimento da democracia deve passar necessariamente pela volta do presidente Aristide ao poder. Pouco tempo depois, uma outra resolução S/RES/940 na data de 31 de julho de 1994 foi adotada, delegando a responsabilidade de conduzir essa missão de intervenção às tropas estadunidenses. Por conseguinte, em 19 de setembro de 1994, as tropas de 16 000 soldados americanos desembarcaram no Haiti e prepararam a chegada de Jean Bertrand Aristide para o dia 15 de outubro de 1994. Por volta de seis meses depois do desembarque, em 15 de março de 1995, as forças armadas norte-americanas foram substituídas pela Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA, Setembro de 1993 - Junho de 1996). Dois anos mais tarde, em 1996, uma nova missão de nome MANUH (Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti) tomou o lugar de MINUHA em decorrência paralela da MICIVIH (missão conjunta entre OEA e ONU). Os países que contribuíram com seu pessoal militar e policial na MINUHA foram:

Argélia, Antigua y Barbuda Argentina Austria, Bahamas, Bangladesh, Barbados, Belice, Benín, Canadá, Djibuti, França, Guatemala, Guiné Bissau, Guyana, Honduras, Índia, Irlanda, Jamaica, Jordânia, Mali, Nepal, Países Baixos, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Rússia, San Quintín e Nevis, Santa Lúcia, Suriname, Togo, Trinidad y Tobago, Túnez e Estados Unidos (HERNANDEZ e SILVA, 2020, p.17).

A MANUH, por seu lado, que era uma missão civil e militar tinha como principal empreitada ajudar as autoridades haitianas a construir um entorno estável e seguro no país, reforçando a Polícia nacional. Com efeito, as Forças Armadas do Haiti (FAD'H) foram desmobilizadas pelo presidente Jean Bertrand Aristide após seu regresso ao poder em 1994. Os componentes do pessoal civil e militar provêm de Argélia, Bangladesh, Benín, Canadá, Djibuti, França, Índia, Mali, Pakistán, Rússia, Togo, Trinidad e Tobago e Estados Unidos (Ibid., p. 18). Com o fim das operações da MANUH em 1997, uma nova missão chamada de MITNUH (Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti) chegou ao país. Sua missão não difere da missão precedente que teria entre seus objetivos a capacitação de unidades especializadas de la Policía Nacional no controle de multidões e a criação de forças de reação rápida. Os países que compuseram o pessoal daquela missão foram Argentina, Benín, Canadá, França, Índia, Mali, Níger, Pakistán, Senegal, Togo, Túnez e Estados Unidos (Ibid.)

Em novembro de 1997, mediante a adoção da resolução 1141 da ONU, à MITNUH se substituiu uma nova missão denominada Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MINOPUH). A única diferença que esta missão tem com as missões anteriores de reforço à Polícia Nacional Haitiana (PNH) é que esta não tem um componente militar. Seu mandato responde também à mesma tarefa que é a consolidação da democracia à construção da segurança por meio da capacitação de um corpo de Polícia Nacional profissional. No ano de 1999, a agenda intervencionista da comunidade internacional veio a conhecer uma novidade importante que não se figurava destacadamente desde a derrocada da ditadura duvalierista. Pois é, através da resolução 54/193 aprovada pela Assembleia Geral da Nações Unidas em dezembro 1999 a criação da Missão de apoio civil internacional no Haiti (MICAH). Além dos demais eixos de assistência, o desenvolvimento voltou a ocupar o centro de interesse dos interventores:

Esta nueva encomienda internacional estaría orientada a apoyar el proceso de democratización y prestar asistencia a las autoridades en el desarrollo de sus instituciones democráticas; otorgar apoyo en la reforma y el fortalecimiento del sistema judicial, especialmente en instituciones penales; promover la Oficina del Defensor del Pueblo; amparar los esfuerzos gubernamentales para profesionalizar la Policía Nacional de Haití por medio de la asistencia bilateral y multilateral; apoyar los trabajos gubernamentales encaminados a la observancia de los derechos humanos y las libertades fundamentales; y proporcionar asistencia técnica para celebrar elecciones democráticas (Asamblea General, 2000 Apud FERNANDEZ y SILVA, 2020, p. 19).

Como podemos ver, os objetivos e os eixos de intervenção se multiplicaram cada vez mais, e as missões se sucederam em um prazo de exercício muito curto sem deixar saber à população se uma missão fracassou ou não. Mas as iniciativas para que a dita comunidade internacional mantenha sua presença na vida política haitiana se multiplicam. Assim, ao amanhecer do novo milenário 2000, forjou-se um grupo de amigos de Haiti no seio da Organización dos Estados Americanos (OEA) formado pelos seguintes países: Argentina, Bahamas, Belice, Canadá, Chile, Estados Unidos, Guatemala, México, República Dominicana y Venezuela, y como Observadores Permanentes por Alemania, España, Francia y Noruega (Ibid.). A criação desse grupo como mais uma ferramenta de ingerência na política haitiana transformou o modo de atuação da comunidade internacional no Haiti. Esse grupo vai metamorfosear-se através do tempo até tornar-se o Core Group que conhecemos hoje.

Para entender melhor o processo da transformação daquele grupo, precisamos nos referir ao contexto político dos anos 2000. Era um momento muito conturbado, resultado de uma eleição contestada, organizada por Jean Bertrand Aristide em parceria com os atores internacionais. Porém, o presidente Jean-Bertrand Aristide começou a incomodar um ator importante da comunidade internacional ao pedir à França que restitua a indenização paga injustamente para independência a partir de 1825. Valor que se estimava na época do pedido de Aristide a mais 21 bilhões de dólares. A oposição oligárquica graças ao apoio internacional hegemônico ganhou força e pisou nas ruas contra o presidente. Com a deterioração da situação, o conselho de segurança da ONU aprovou a resolução 1529 em 29 de fevereiro de 2004 criando a Força Provisória Multinacional das Nações Unidas (FPM) cuja missão é restaurar a paz e a segurança. Após sete meses de exercício, a FPM foi substituída, através da aprovação da resolução 1542, pela Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) liderada pelo Brasil. De acordo com Fernando e Silva (Ibid., p. 20), as principais tarefas que incumbiram a MINUSTAH eram as seguintes:

1. Apoyar al establecimiento de un entorno seguro y estable; ayudar en la supervisión, reestructuración y reforma de la Policía Nacional de Haití; asistir al Gobierno de transición, en particular a la Policía Nacional de Haití, con programas de desarme, desmovilización y reinserción para todos los grupos armados; asistir en el restablecimiento y mantenimiento del Estado de derecho, la seguridad pública y el orden público; protección del personal, servicios, instalaciones y

- equipo de las Naciones Unidas asegurando la libertad de circulación de su personal; proteger a los civiles frente una amenaza inminente de ataque físico.
2. Apoyar el proceso constitucional y político; ayudar a la reconciliación nacional; ayudar en la tarea de organizar supervisar y llevar a cabo elecciones municipales parlamentarias y presidenciales libres a través de la asistencia técnica, logística y administrativa; ayudar en la edificación del buen gobierno.
 3. Ayudar en la promoción y protección de los derechos humanos; vigilar la situación de refugiados y personas desplazadas (Consejo de Seguridad, 2004).

O comando militar da MINUSTAH foi assumido pelo Brasil, governado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto a direção política da missão esteve a cargo do diplomata tunisiano Hédi Annabi. Ele mobilizou o argumento de que não queria que a missão fosse assumida pela OEA para evitar o aumento da influência dos Estados Unidos sobre o Haiti. Contudo, a participação do Brasil gerou polêmica no próprio campo da esquerda que criticou o Lula de se submeter aos interesses imperiais dos Estados Unidos (Ibid). Os países que compuseram os contingentes militar e civil daquela missão foram Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Paraguai, Perú, República Dominicana e Uruguai. Além disso, participaram Canadá, Croácia, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Filipinas, Jordania, Nepal, Paquistão e Sri Lanka (FERNANDEZ y SILVA, 2020, p. 20). Enquanto as forças policiais das Nações Unidas (UNPOL) reuniram policiais oriundos dos países seguintes: Argentina, Bangladesh, Benin, Burkina Faso, Burundi, Cameroon, Canada, República Centro-Africa, Chili, Colômbia, Costa Marfim, Croácia, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Guiné, Indonésia, Jordânia, Mali, Nepal, Níger, Nigéria, Noruega, Paquistão, Filipinas, Romênia, Federação da Rússia, Ruanda, Senegal, Serbia, Sri Lanka, Tchad, Togo, Turquia, Uruguai e Yemen (Portal virtual da MINUSTAH²).

² Disponível em: <<https://minustah.unmissions.org/composition-unpol>>. Acessado em 02 de outubro de 2024.

Figura 4: Distribuição das tropas da MINUSTAH no território haitiano por países



Fonte: Relatório do secretário geral da ONU sobre a MINUSTAH. Publicado em 31 de agosto de 2016. Disponível em: <https://minustah.unmissions.org/sites/default/files/s2016753_fr.pdf>. Acessado em: 02 de outubro de 2024.

Em 2017 declarou-se o fim da missão internacional, depois de 13 anos de atuação da MINUSTAH no país, as condições de segurança e as instituições democráticas ficaram ainda mais precárias. Segundo Mariana dos Santos Parra, “A intervenção da ONU em 2004 agravou, em vez de tratar, o conflito no Haiti naquele período, e acabou contribuindo para a (re)produção de economias políticas predatórias, contestação violenta e maior fragmentação social e política”³ (PARRA, 2020). Contudo, no mês de abril do mesmo ano, anunciou-se uma nova missão internacional chefiada essa vez pelos Estados Unidos. Assim, com a resolução 2350 do conselho de segurança da ONU, criou-se a Missão das Nações Unidas para o apoio da justiça

³The UN intervention in 2004 aggravated, instead of treating, the conflict in Haiti at that period, and ended up contributing for the (re)production of predatory political economies, violent contestation and further social and political fragmentation.

no Haiti (MINUJUSTH). que seria responsável por auxiliar o Governo do Haiti na capacitação da Polícia Nacional Haitiana; fortalecer as instituições do Estado de direito, incluindo os setores judicial e penitenciário, e promover e proteger os direitos fundamentais, a fim de melhorar a vida quotidiana dos haitianos. Dois anos mais tarde, em 2019, as atividades dessa missão chegaram ao fim no país e entrou em cena no mesmo ano uma nova missão que atua até agora no país. Essa missão é o “Bureau intégrée des Nations Unies en Haiti” (BINUH), cuja tradução em português pode formular-se em “Escritório integrado das Nações Unidas no Haiti”, criada a partir da resolução 2476 votada pelo conselho de segurança da ONU. As suas principais responsabilidades se resumem nas linhas seguintes:

- A. a) aconselhar o governo haitiano sobre formas de promover e fortalecer a estabilidade política e a boa governança, incluindo o Estado de direito, para preservar e promover um ambiente pacífico e estável, em particular facilitando um diálogo nacional inclusivo entre os haitianos e para proteger e promover a vida humana direitos;
- B. apoiar o Governo haitiano nas atividades que realiza com o objetivo de:
 - 1. planejar e realizar eleições livres, justas e transparentes;
 - 2. reforçar a capacidade da Polícia Nacional do Haiti para lidar com a violência dos gangues e a violência sexual e baseada no gênero e para manter a ordem pública, em particular através da organização de cursos de formação sobre direitos humanos e controlo de multidões;
 - 3. desenvolver uma abordagem inclusiva que envolva todos os setores da sociedade com vista a reduzir a violência nos bairros e, em particular, a violência dos gangues;
 - 4. combater os abusos e violações dos direitos humanos e cumprir as suas obrigações internacionais no domínio dos direitos humanos;
 - 5. melhorar a gestão da administração penitenciária e o controle dos locais de detenção para garantir que os detidos sejam tratados de acordo com os padrões internacionais;
 - 6. fortalecer o sector da justiça, nomeadamente através da adopção e aplicação de textos legislativos fundamentais destinados a promover a reforma deste sector, através do reforço do controlo interno e do respeito pelo princípio da responsabilização, particularmente no contexto da luta contra a corrupção, através

de enfrentar o problema da prisão preventiva prolongada e garantir que a nomeação dos juízes se baseie no mérito e que os seus mandatos sejam renovados em tempo útil (Conselho de segurança, resolução 2476).

De 2019 a 2024 totalizam-se 5 anos de missão do BINUH no Haiti com essa longa lista de responsabilidades. Nesse intervalo de tempo, o presidente Jovenel Moise foi assassinado na sua residência em 2021, o governo de transição que ele se encarregou de auxiliar não conseguiu organizar as eleições e as situações securitárias do país pioraram com um corpo de Polícia impotente que ele tinha a missão de reforçar. Contudo, sem declarar nula a missão do BINUH, em 02 de outubro de 2023, o conselho de segurança da ONU sob a presidência do Brasil votou a resolução 2699 em favor da intervenção de uma força militar multinacional sob égide do Kenya no Haiti denominada MMAS (Missão Multinacional de Apoio à Segurança). Segundo um documento de fonte do governo estadunidense citado por Laurent Giacobbi, “O mandato desta nova missão é, desta vez, “apoiar a ação levada a cabo pela Polícia Nacional Haitiana para restaurar a segurança no Haiti e criar condições de segurança conducentes à realização de eleições livres e justas” (GIACOBBI, 2023)⁴. Sendo assim, é claro que não tem nenhuma novidade nessa nova missão em comparação às do passado, como a MINUSTAH particularmente. Certamente, ela atuará em prol dos interesses dos Estados Unidos em troca de favores econômicos e políticos e prepara o terreno para a próxima missão que tiver as mesmas responsabilidades na sua intervenção.

1.4 O CORE GROUP: uma forma inédita de intervenção internacional na política haitiana

CORE GROUP é uma entidade puramente política em exercício no Haiti, mas composta dos embaixadores de um conjunto de países e de representantes de uma série de organizações internacionais seguintes: Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Brasil, OEA, ONU e UE. Seu nível de atividade na política nacional lhe vale o status de um grupo de pressão hegemônico que contrabalança as reivindicações dos movimentos populares e de massas. A importância e a influência desta entidade nas decisões dos governantes

⁴ le mandat de cette nouvelle mission est cette fois « de soutenir l’action menée par la Police nationale d’Haïti pour rétablir la sécurité en Haïti et créer les conditions de sécurité propices à la tenue d’élections libres et régulières[#]” (Texto original).

haitianos nos suscitou a querer saber em que contexto foi criada e qual era a missão que lhe foi confiada.

Retraçar a história ou a genese do CORE GROUP na vida política haitiana não é uma empreitada fácil em razão do seu carácter informal e ilegal em comparação a outras formas de intervenção internacional como MINUSTAH, MINUJUSTH, BINUH etc. Apesar disso, conseguimos recolher alguns pedaços de informações que nos indicam mais ou menos a origem de uma tal entidade política. Primeiramente, achamos em um artigo intitulado “Le Core Group n’ existe pas juridiquement”⁵, postado pelo jornal em linha chamado Ayibopost no dia 13 de outubro de 2019 que aquela organização nasceria nos anos 2000. Pois é, no alvorecer do ano 2000, um conjunto de países tem-se reunido sob a denominação de grupo de países amigos do Haiti que promovem o desenvolvimento, a democracia e a paz. Segundo outras informações extraídas deste artigo, o grupo de países amigos do Haiti passou a ser chamado de CORE GROUP em 2008, nome que significa “groupe de base” em francês ou “grupo de base” em português.

Outra fonte que permitiu ter uma ideia do processo que levou à criação dessa ferramenta diplomática e política encontra-se no jornal online de nome Rezonòdès (Rede Nordeste). Em um artigo publicado em 27 de junho de 2023 retratando a sanção pelo governo canadense de um poderoso oligarca haitiano-americano de origem siro-libanês chamado Andy Apaid por seu envolvimento em atividades criminosas dos gangues, o jornal transmitiu a fala do magnata de que ele protestou contra a decisão ao lembrar o governo canadense sua contribuição em 2003 na fundação do CORE GROUP a fim de derrocar o presidente Jean-Bertrand Aristide do poder.

Voltando para o título do artigo do Ayibopost no qual se ressalta que o CORE GROUP não existe juridicamente ou é diferente da ONU, certamente porque a sua existência como entidade internacional não surgiu a partir de uma resolução da ONU e OEA com um mandato e uma missão claramente definidos; portanto, ao mesmo tempo informou que: O Core Group é composto pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, pelos Embaixadores da Alemanha, dos Estados Unidos da América, do Canadá, da Espanha, do Brasil, da França, da União Europeia e pelo Representante Especial da Organização dos

⁵ O Core Group não existe juridicamente

Estados Americanos. (Ayibopost, 13/10/2019)⁶. Assim, o CORE GROUP, apesar de não ter um status formal como as missões habituais da comunidade internacional, recebe a benção da ONU para operar no Haiti em apoio a MINUSTAH através da resolução S/RES/1542 publicada na data de 30 de abril de 2004. Decidimos trazer esse trecho seguinte aqui em inglês a fim que seu nome aparece como figura no nosso trabalho:

Supports the establishment of a Core Group chaired by the Special Representative and comprising also his/her Deputies, the Force Commander, representatives of OAS and CARICOM, other regional and subregional organizations, international financial institutions and other major stakeholders, in order to facilitate the implementation of MINUSTAH's mandate, promote interaction with the Haitian authorities as partners, and to enhance the effectiveness of the international community's response in Haiti, as outlined in the Secretary- General's report (S/2004/300)⁷;

Então, o representante especial do secretário geral da ONU e o da OEA fazem parte do CORE GROUP. Como aquelas organizações internacionais das quais fazem parte o Haiti se atrevem a integrar um grupo a tendência política cuja legalidade e formalidade para atuar na política do país é questionada? Em uma outra publicação do Rezo Nòdwès : “Muitos haitianos questionam-se sobre a origem do “Core Group”, esta união de embaixadores no Haiti que não hesita, em violação da Convenção de Viena, em falar regularmente sobre a situação política do Haiti” (Rezo Nòdwès, 9 de abril de 2021)⁸. A atuação do CORE GROUP no Haiti deixa-nos entender claramente que a convenção de Viena não tem efetividade no país caribenho para a comunidade internacional medir e limitar suas ações. Assim, em janeiro de 2003, em um encontro que teve lugar no Canadá, declarou-se um dos motivos da criação do CORE GROUP:

Segundo o ex-secretário de Estado canadense para a América Latina e o Caribe, Sr. Denis Paradis, o objetivo da formação deste grupo de embaixadores denominado "Core Group" foi para discutir a independência do

⁶ Le Core Group est composé de la Représentante spéciale du Secrétaire général des Nations Unies, des Ambassadeurs d'Allemagne, des États-Unis d'Amérique, du Canada, d'Espagne, du Brésil, de France, de l'Union européenne et du Représentant spécial de l'Organisation des États américains (Texto original).

⁷ Apoya el establecimiento de un grupo básico presidido por el Representante Especial e integrado por sus adjuntos, el Comandante de la Fuerza, representantes de la OEA y la CARICOM, otras organizaciones regionales y subregionales, las instituciones financieras internacionales y otros directamente interesados, a fin de facilitar la ejecución del mandato de la MINUSTAH, promover la interacción con las autoridades de Haití en calidad de socios y hacer más eficaz la acción de la comunidad internacional en Haití, como se expone en el informe del Secretario General (S/2004/300);

⁸ Beaucoup d'Haitiens se posent des questions sur l'origine du « Core Group », ce syndicat d'ambassadeurs en Haïti qui ne se gênent pas , en violation de la Convention de Vienne , de se prononcer régulièrement sur la situation politique en Haïti (Rezo Nòdwès, 9 de abril de 2021) (Texto original).

Haiti, mais precisamente se a independência do Haiti era “um princípio imutável”(Ibid.)⁹.

Então, o CORE GROUP foi fundado a partir da inauguração de uma nova era da ingerência internacional na vida política haitiana, ao notar que 2004 marcou o bicentenário da independência do Haiti. De 2004 a hoje em dia, a comunidade internacional conduziu três missões no Haiti: a MINUSTAH (Missão das nações unidas para a estabilização no Haiti) de 2004 a 2017 liderada pelo Brasil, a MINUJUSTH (Missão das Nações Unidas para o apoio da justiça no Haiti) de 2017 a 2019 encabeçada pelos Estados Unidos, e o BINUH (Escritório integrado das Nações Unidas no Haiti) de 2019 até o presente conduzida diretamente pela ONU. Aquelas missões formais são missões de fachada através das quais age e trama o CORE GROUP desde 2003 até que se revela ao assumir posicionamentos públicos em 2018. Nesse intervalo de tempo, Haiti tem conhecido três processos eleitorais (2006, 2010 e 2016) para a escolha do presidente nos quais a comunidade internacional se ingere profundamente (BESTGEN, 2018). Paralelamente, esses processos eleitorais sempre acabaram com a mobilização popular nas ruas denunciando as fraudes em favor do presidente apoiado pela comunidade internacional.

CAPÍTULO II: A intervenção internacional dentro da lógica da Ordem mundial contemporânea: considerações teórico-conceituais

Nesta parte, entendemos situar a intervenção internacional dentro da lógica da ordem global contemporânea enquanto uma forma operacional do imperialismo contemporâneo e como um modo de manifestação da colonialidade do poder. Assim, veremos que a nova ordem mundial ou a ordem mundial contemporânea não é tão nova e contemporânea em todos os seus aspectos em relação à ordem mundial colonial. Logo, a intervenção internacional mediante as ações das ONG, das missões civil e militar, e de ingerências diplomática e política para levar o desenvolvimento e a democracia constitui uma reprodução contemporânea da pretensão civilizatória do colonialismo do Ocidente que consiste em tratar de imaturo os outros povos e culpá-los para melhor saquear os países periféricos.

⁹ “Selon l’ancien Secrétaire d’Etat canadien pour l’Amérique latine et les Caraïbes, M.Denis Paradis, l’objectif de la formation de ce groupe d’ambassadeurs dénommé « Core Group » était de discuter de l’indépendance d’Haïti , plus précisément savoir si l’indépendance d’Haïti était « un principe immuable” (Texto original).

2.1 A Ordem Mundial contemporânea: da intervenção estrangeira à intervenção internacional

As reflexões sobre a Ordem Mundial contemporânea impõem imperativamente a necessidade de olhar para o passado. Pois, essa nova ordem é o resultado de um longo processo cujas primeiras bases foram assentadas nos primeiros dias da constituição da modernidade, também chamada de moderno Sistema-Mundo. Segundo Immanuel Wallerstein, esse moderno Sistema-Mundo tem três pilares: uma economia-mundo capitalista que se estrutura a partir do século XVI, um sistema de Estados autônomos reivindicando soberania que se formou a partir do século XVII, e uma geocultura que se consolidou no século XIX a partir de 1848 (ANTIQUERA, 2016). Mas, a leitura de Wallerstein se revela bem eurocêntrica por ocultar o papel da América e da colonização da América nesse processo, o colonialismo e a colonialidade passou a ser o lado escuro e invisível da modernidade (MIGNOLO, 2005). Nessa ordem, ao lado das diferenças coloniais se travam os embates que decorrem de diferenças imperiais

Assim, o embate entre as potências europeias em uma fase do capitalismo quando a Inglaterra assumiu o poder hegemônico no mundo ocasionou as duas guerras mundiais entre 1914-1918 e 1939-1945. Esse período agitado pelos conflitos entre potências econômicas da Europa era decisivo também para decidir sobre o destino do mundo contemporâneo. Era o momento da disputa da hegemonia Pax Britannicus agonizante assentada no padrão ouro com a hegemonia montante Pax Americanas fundamentada no padrão dólar. Segundo Carr, a guerra havia acentuado o declínio relativo da Grã-Bretanha e aumentado a supremacia americana (CARR, 1981). Finalmente, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se apressaram a criar três instituições estratégicas que contribuiriam na consolidação da sua hegemonia em transição: ONU, FMI e BM (Banco Mundial). Graças ao FMI e Banco Mundial afiança-se o dólar como o padrão monetário de reserva mundial; a ONU por seu lado ajudou a organizar politicamente a hegemonia dos Estados Unidos a nível mundial, tendo a OEA enquanto um suplente regional no continente americano, encarregadas com a principal missão de preservar a Paz e Ordem no mundo da adoção da democracia representativa como sistema de governo.

A partir disso, mediante essas organizações mundiais estratégicas, os Estados Unidos pretendem contribuir para o desenvolvimento dos países periféricos pela transferência de tecnologias, ajuda financeira e quadros técnicos. Nesse panorama, as ONGs passaram a ter

um papel chave para a intervenção na periferia (LOUIS-JUSTE, 2007). Portanto, em caso de conflitos internos ou crises democráticas nos países periféricos que muitas vezes os Estados Unidos têm provocado, o uso da força militar, o envio de missão civil e assistência técnica ao governo sob a bandeira da ONU permanece como uma forma privilegiada de ingerência denominada intervenção internacional.

Geralmente, partindo de uma lógica humanitária e securitária, a intervenção internacional nos países periféricos é lida, como uma ação que visa a prestar assistência à população local em situação vulnerável e a combater uma ameaça global de tipo terrorismo, tráfico de droga, banditismo tráfico de arma etc. a fim de restabelecer a paz e estabilidade necessariamente democrática. Nesse sentido, alastra-se a narrativa de que as intervenções militar e civil nos países em situação de crises política e humanitária tendem a levar-lhes ajuda para restaurar ordem, paz, estabilidade, democracia etc. Esse é o discurso hegemônico baseado na assistência unilateral nas relações internacionais oferecendo oportunidades de soft power de ingerência nos assuntos internos dos países alvos.

No nosso trabalho, a intervenção internacional é abordada de maneira diferente. O termo de intervenção internacional é enxergado como uma das formas operacionais do imperialismo contemporâneo. A chamada comunidade internacional definida através de um conjunto de organizações estratégicas internacionais constitui uma estrutura de poder política pela qual opera o novo imperialismo ou o imperialismo contemporâneo sob égide dos Estados Unidos. Essa arquitetura de poder que passa por internacional é na realidade uma internacionalização dos interesses políticos, econômicos e financeiros dos Estados Unidos e seus aliados. A internacionalização do Estado, da produção e das finanças constituem o que Panitch e Gindin chamam de “império informal americano” (GARCIA e BUGIATO, 2019). De lá vêm também a ideia e a prática de que os Estados Unidos ou a OTAN buscam a autorização do conselho de segurança ou da Assembleia geral da ONU visando a legitimar suas operações militares sob a bandeira humanitária, de restauração da paz e da democracia ou para neutralizar uma ameaça à sua segurança nacional.

Segundo Samir Amin (2003), a nova ordem mundial, inaugurada com a criação da ONU e das instituições de Bretton Woods depois da Segunda Guerra Mundial, marcou o fim do conflito permanente dos imperialismos para um imperialismo coletivo sob direção dos Estados Unidos. Por imperialismos ele entende a luta pelo poder e controle de territórios ou mercados entre as potências coloniais europeias que se originou desde os tempos coloniais

nas Américas e na África até a fase monopolista do capitalismo que acabou provocando as duas grandes Guerras Mundiais. No entanto, por imperialismo coletivo ele apontou como os Estados Unidos se erguem e se impõem como líder do bloco ocidental ao submeter o potencial imperial das antigas potências coloniais europeias às regras do jogo internacional contemporâneo. Então, a intervenção internacional se caracteriza como uma forma perfeitamente hegemônica para o imperialismo coletivo operar sob a bandeira da paz, da estabilidade democrática e da ação humanitária.

Porém, segundo Ricardo Seitenfus (2002), a intervenção internacional constitui um grande perigo para a soberania nacional, embora seja efetuada sob pedido do governo do país onde vai desenrolar a operação. ``Em geral, define-se a ingerência pelo caráter impositivo ou coercitivo, isto é, o fato de um país impor ao outro determinada conduta ou situação que ele não desejaria por si. Ao não desejar por si, estaria expressando precisamente o conteúdo da denominada soberania (o atributo exclusivo de exercício de poder por um grupo em determinado território)`` (Ibid., p. 14). De acordo com Poligny, ``Qualquer crise qualificada como tal pelo Conselho de Segurança é internacional, por razões muitas vezes relacionadas mais com os interesses dos Estados-membros permanentes do que com uma análise da natureza da crise em si`` (1998, p. 138)¹⁰. Sem embargo, de acordo com Seitenfus, não há intervenção internacional de tipo missão civil e militar, uma sanção econômica, diplomática ou associação de embaixadores declaradas como vontade da comunidade internacional constitui uma intervenção internacional. As razões principais amiúde evocadas pelas organizações internacionais para legitimar as intervenções são as seguintes: restaurar o Estado de direito, restabelecer a democracia, a paz em caso de guerra civil, solidariedade se se trata de uma questão humanitária. Tais são os pontos-chave que definem a globalização política contemporânea cuja organização mundial mais estratégica é a ONU, e regional para a América latina e Caribe é a OEA.

A chamada globalização na realidade visa a encobrir as verdadeiras operações econômicas e políticas do imperialismo contemporâneo (BORON, 2007). Por isso, Boron prefere fazer uso do segundo conceito onde outros autores usam o primeiro em tal contexto. Esse imperialismo, graças a sua reconfiguração contemporânea, inventou inúmeras maneiras

¹⁰ est internationale toute crise qualifiée comme telle par le Conseil de Sécurité, pour des raisons relevant très souvent plus des intérêts des Etats membres permanents que d'une analyse de la nature de la crise elle-même (Texto original).

imperceptíveis de influenciar no seu próprio interesse a política interna de muitos países. A intervenção internacional, supostamente em defesa da democracia e dos direitos humanos, constitui uma delas considerando que a dita comunidade internacional com suas diferentes organizações representa a arquitetura de poder político pela qual opera o imperialismo contemporâneo liderado pelos Estados- Unidos. Com efeito, pode ser através da OEA, onde o império norte-americano exerceu pressão sobre dirigentes regionais, colocando-os em situação de isolamento com várias sanções ao empurrar o povo à revolta com eles, como é o caso da Venezuela, da Nicarágua e de Cuba. Acontece também com a ONU, com múltiplas missões de paz e de estabilidade, que acaba suprimindo a soberania desses países e enfraquecendo o poder nacional-popular para jogar eles depois no mapa de Estados falidos em vez de restaurar a sua estabilidade democrática como é o caso do Haiti.

2.2 A gramática da intervenção internacional : da colonialidade do poder à necropolítica

A colonialidade do poder constitui-se e mantém-se como uma ordem de relações sociais nacionais, e também de relações internacionais entre os países. Quer seja na sua dimensão nacional ou na dimensão internacional, a colonialidade do poder tende a hierarquizar as relações de poder e de acumulação com base na questão de raça além de outros critérios consideráveis no processo da constituição da globalização. Assim, segundo Mignolo (2005) a colonialidade veio a constituir-se, através de uma diferença colonial, como o lado escuro da modernidade que os acadêmicos demoram para perceber. Dussel, por seu lado, com sua teoria de transmodernidade, vê o nascimento da modernidade como resultado do processo de conquista e colonização da América que transformou o modo de ver o mundo do europeu. Afinal, colonialidade, transmodernidade e diferença colonial se convergem para declarar infundada a hipótese de Wallerstein segundo a qual:

El moderno sistema mundial tomó la forma de una economía-mundo capitalista que tuvo su génesis en Europa en el largo siglo XVI e implicó la transformación de un modo de producción tributario o redistributivo específico, el de la Europa feudal (...) en un sistema social cualitativamente diferente (WALLERSTEIN Apud BAUER, p. 78).

Assim, no intuito de enfatizar a essência colonial, então racista, desses dois grandes momentos históricos do imperialismo moderno apresentados por Samir Amin, Aníbal Quijano apontou uma certa continuidade de lógica entre o colonialismo e a colonialidade. Segundo ele, o nascimento do imperialismo moderno, também conhecido hoje em dia sob a

denominação de globalização por suas múltiplas facetas estruturais globais do ponto de vista da cultura, da economia e da política, remonta ao século XV com a conquista das Américas. Assim, o imperialismo veio a ser um termo usado para caracterizar uma realidade que poderia ser denominada também de colonialismo reformado. O capitalismo tal que se desenvolveu nos países ocidentais não seria possível sem o imperialismo iniciado com a conquista das Américas no dizer dele:

La globalización en curso es, en primer término, la culminación de un proceso que comenzó con la constitución de América y la del capitalismo colonial/moderno y eurocentrado como un nuevo patrón de poder mundial. Uno de los ejes fundamentales de ese patrón de poder es la clasificación social de la población mundial sobre la idea de raza, una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial y que desde entonces permea las dimensiones más importantes del poder mundial, incluyendo su racionalidad específica, el eurocentrismo (QUIJANO, 2000, p. 201).

Daí, surgiu o famoso conceito colonialidade do poder que dá conta da assimetria que estrutura as relações de poder (economia, política e cultural) entre as antigas potências coloniais e as antigas colônias. A colonialidade do poder é um conceito que era concebido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano nos anos oitenta para completar as reflexões e pesquisas dos teóricos do enfoque da dependência. Segundo ele, a teoria da dependência mantém a discussão sobre o centro e as periferias induzidos pelo desdobramento da modernidade no âmbito da econômica, do político e do militar. Portanto, segundo os decoloniais, esse fenômeno repercutiu também no âmbito do conhecimento e da cultura. De modo geral, tudo que se refere ao econômico e ao político constituiu o que Quijano chamou de colonialidade do poder ; depois seguem a colonialidade do saber e a colonialidade do ser (MIGNOLO, 2010). Na verdade, a colonialidade do poder além da esfera econômica e a política perpassa o campo da epistemologia (saber) e o da ontologia (ser).

Esse modo de relacionamento dos europeus com os povos não-europeus (melhor dizer dos brancos com os não brancos) ou essa forma de exercício da violência do Estado ou do soberano nas periferias é denominado por Mbembe (2016) de necropoder ou necropolítica. a necropolítica é um conceito forjado pelo filósofo camaronês Joseph Achille Mbembe para evidenciar o fundamento racista do Estado tanto nos países centrais quanto nos da periferia. A sua leitura do poder do Estado partiu da biopolítica de Michel Foucault (2005) segundo que é concebida como um novo modo de exercer o poder na modernidade ao tomar controle

do domínio da vida para classificar quem deve morrer e quem tem direito à vida. Nessa ótica, a raça constitui o critério principal de classificação dos humanos quando se trata da relação da Europa com os povos de outros continentes. Isso levou o Mbembe a fazer a observação seguinte a respeito:

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los (MBEMBE, Op. Cit., p. 128).

A necropolítica é a fase ou a dimensão letal da colonialidade do poder aplicada às categorias sociais que foram escravizadas. Na América latina e no Caribe, a raça ou a cor de pele servem como fatores para limitar ou negar participação política a certas categorias sociais. A colonialidade do poder quer seja na sua dimensão nacional ou seja na dimensão internacional constitui um freio para a construção democrática. Porque ela legitima o desprezo, a opressão, com base na raça, etnia ou cor de pele, de certas categorias sociais, de um povo, uma nação ou um país todo. A colonialidade do poder e a necropolítica, como elementos estruturantes do imperialismo nas relações internacionais e inter-raciais e interétnicas, desempenham um papel fundamental na determinação da democracia e definição da cidadania na periferia em função dos grupos raciais e étnicos. Então, a colonialidade do poder e a necropolítica estruturam tanto o modo operacional do imperialismo quanto a instabilidade democrática deduzida historicamente e estruturalmente de uma negação de cidadania e de humanidade a certas categorias raciais subalternizadas.

La colonialidad se articula, entre otras cuestiones, a partir de la cuestión racial, se asuma ésta en términos biológicos, como en el racismo científico imperante a inicios del siglo xx, o en términos culturales mediante el neorracismo en la Posguerra Fría. En todo caso, la resignificación de la “raza” en los discursos sobre las prácticas y las “diferencias” culturales, la reproducción de la otredad en términos de una amenaza para Occidente, que debía ser contenida o convertida, y el despliegue de un modelo económico neoliberal, con consecuencias materiales destructivas para el Sur global, han funcionado conjuntamente para formar el régimen de verdad o la colonialidad en la Posguerra Fría (FONSECA, 2018, p. 55).

Intervenção internacional, Estado falido, ação humanitária, assistência para o desenvolvimento, apoio para a democratização, missão de restabelecimento da paz e

segurança são um conjunto de apelações contemporâneas de ressignificação do racismo colonial. Para justificar o empreendimento colonial, os europeus culpavam os povos conquistados e escravizados por terem sido fracos, bárbaros e imaturos. Assim, a colonização era defendida como um empreendimento civilizatório. Nesse sentido, a intervenção internacional não é melhor do que a invasão colonial, ela faz uso da mesma lógica como política de neo-racismo que pretende trazer paz, democracia e desenvolvimento como elementos civilizatórios da contemporaneidade.

La narrativa civilizatoria es aquella que fortalece la división dicotómica de la realidad social poniendo en el centro a la modernidad occidental. Es decir, este discurso promueve la comprensión y entendimiento del mundo en dos opuestos irreconciliables (Frenz, 2004, p. 53): blanco-negro, rico-pobre, desarrollado-subdesarrollado, hombre-mujer, moderno-tradicional, solo por mencionar algunos ejemplos. Bajo estas narrativas, el primer término es considerado superior y civilizado, mientras que el segundo es subordinado y relacionado con lo bárbaro o salvaje (Mignolo, 2009) (FERNANDEZ y SILVA, 2020, p. 24).

Levando essa consideração para o Haiti, a lógica da intervenção estrangeira ou internacional não faz diferença. Ao contrário, a maneira que o país caribenho obteve sua independência enfurece ainda mais os donos do sistema-mundo que sonham em ver o Haiti desabar e afundar no mar. A independência não conseguiu fortalecer o país contra a força da colonialidade a nível internacional:

Desde la colonización, el pueblo y territorio haitiano han sido caracterizados como incivilizados o desorganizados. Sin embargo, estos planteamientos no cambiaron con la independencia debido, principalmente, a las constantes injerencias extranjeras y a los ejes de dominación del sistema capitalista (raza, clase, género, entre otros) (Ibid., p. 24).

As estratégias contemporâneas inovam muito em termos de modo operacional, de discurso. Contudo, a lógica fica igual aos tempos de Cristóvão Colombo, de Cortés e de Cabral. Segundo Mbembe (2016), implicitamente, o sistema das relações internacionais são marcados por uma espécie de ambivalência pela qual as leis internacionais aplicam-se diferentemente do mundo ocidental para as ex-colônias. Então, a colonialidade do poder se incrusta sutilmente nas concepções e aplicações do direito internacional. E quando é questão de países povoados por pessoas com origem não-europeia, a necropolítica vira a tecnologia de gestão política do espaço social e físico desses países. Assim, nesses espaços as leis internacionais passam a ter pouco efeito como é o caso do Haiti onde o Core Group (Coletivo

de embaixadores) foi criado para questionar a independência e soberania do país. As atividades políticas do Core Group no Haiti evidenciam muito bem o caráter neocolonial e necropolítico da agenda da comunidade internacional para a República negra caribenha.

2.3 Colonialidade do poder: desencontro entre Estado e Sociedade

O Estado é um órgão político essencialmente violento. O sociólogo alemão Max Weber ilustrou isto na sua famosa definição de Estado, quando o concebe como um aparelho político que reivindica o monopólio da violência física legítima (WEBER, 1979). A legitimidade da violência estatal coloca alguns problemas quando nos referimos à concepção marxista para compreender que o Estado é uma ferramenta criada e controlada pela classe dominante para proteger os seus interesses; Isto é, este alegado monopólio é colocado ao serviço dos interesses da classe dominante (MARX, 1974). As condições em que a violência estatal pode ser legítima obrigam-nos a visitar o pensamento do jornalista e marxista italiano Antonio Gramsci que aprofundou a explicação da articulação entre o Estado e as classes sociais ou sociedade civil.

Antonio Gramsci, pensador marxista italiano, considera que o Estado é dotado de uma dupla função: uma hegemônica e outra dominante. Sua função de hegemonia se aplica quando consegue obter o consentimento da classe dominada mantendo o domínio da classe dominante graças ao uso da cultura e da educação, por exemplo. Por outro lado, a sua função de dominação afirma-se quando a classe dominante só pode garantir a sua dominação recorrendo a meios coercivos como a polícia ou o exército (PIOTE, 1970). Como o próprio Gramsci reconhece, esta lógica é mais útil quando se trata de países liberais ocidentais. Nos países onde os Estados são herdeiros do legado da violência colonial, o reflexo hegemônico está quase ausente na sua governação. A burguesia neocolonial pouco se preocupa em ser hegemônica em tais condições. Assim Frantz Fanon observa e afirma que só a lógica coercitiva é válida para os povos que sofreram colonização. Segundo ele, foi imposta uma linha de demarcação entre a metrópole em que prevalece a lógica hegemônica entre o Estado e a sociedade, e a colônia ou neocolônia em que conta a lógica coercitiva. Se na Europa se desenvolve uma relação entre o Estado e os cidadãos, em África e em alguns países da América se entrelaça uma relação entre o Estado e os colonizados (negros e índios) de um lado, e entre o Estado e os cidadãos (brancos e mestiços) de outro lado. Daí, segundo ele, estrutura-se na sociedade uma ocupação colonial do espaço (FANON, 1968). Os Estados

pós-coloniais são herdeiros dos aparelhos administrativos coloniais, nada mudou em termos da sua natureza e da sua função política.

Com base nas ideias de Fanon sobre a realidade pós-colonial das sociedades periféricas, é sensato declarar que ele representa um dos grandes precursores da visão decolonial latino-americana. E Quijano observou aproximadamente a mesma realidade que ele em outras sociedades como a do Peru: ``Para os países onde a colonialidade do poder é a base real das relações de poder, a cidadanização, a democratização, a nacionalização não podem ser reais a não ser de modo precário no modelo eurocêntrico de Estado-nação`` (QUIJANO, 2002, p. 18). A colonialidade do poder consiste então em continuar a hierarquizar as categorias sociais em função da cor de pele ou raça mesmo após o fim do colonialismo. Ela estrutura as relações sociais das formações sociais pós-coloniais e as relações internacionais na ordem mundial contemporânea (QUIJANO, 2000). A colonialidade do poder é o que impede que a democracia seja estável no Haiti. Então, a intervenção internacional se inscreve também e ainda na ordem da colonialidade do poder na sua dimensão internacional em uma relação de complementaridade com a sua dimensão nacional na organização da sociedade civil. Aníbal Quijano está tão certo na sua observação e posição sobre os desafios encontrados pela democracia nas sociedades pós-coloniais ou neocoloniais, Octavio Ianni fez a mesma constatação no seu texto sobre a questão nacional nas Américas:

A questão nacional é um dilema que continua em aberto. "Na América Latina não concluímos plenamente a travessia no sentido da unidade nacional". As desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais, que se manifestam em termos políticos e econômicos, no âmbito de grupos, classes, movimentos sociais e correntes de opinião pública, ressurgem periodicamente, como desafios. São várias as diversidades que escondem desigualdades, gerando contradições mais ou menos básicas (IANNI, 1988, p. 11).

Como podemos ver, Quijano e Ianni chegaram à mesma conclusão ao refletir sobre o conceito de nação, raça e democracia no nosso continente. No trabalho de Ianni, ele desenvolve e parafraseia o conceito de colonialidade do poder forjado por Quijano sem citá-lo. As sociedades latino-americanas e caribenhas vivem o pesadelo de uns Estados e elites que não querem colocar o fundamento da legitimidade do seu poder a partir das vontades e escolhas das massas, sobretudo se são categorias sociais não brancas. Para Ianni,

isso marcou um ponto de desencontro entre o Estado e sociedade quando o poder político recusa a admitir como normal a diversidade racial, cultural e regional da sua sociedade:

Os desencontros entre a sociedade e o Estado são um desafio permanente nos países da América Latina, no continente e nas ilhas. Os partidos políticos e os movimentos sociais preocupam-se seriamente com eles. Todos que se dedicam a pensar a democracia e a ditadura são obrigados a examinar esse desafio. A atividade política de grupos e classes sociais, na cidade e no campo, defronta-se com ele. Esse é um desafio prático e teórico fundamental para todos (IANNI, 1988, p. 5).

Frente a isso, a abordagem decolonial responde perfeitamente à necessidade de interpretar a relação neocolonial do Estado com a sociedade nas Américas. Essa recusa de conceder igualdade a todas as pessoas, por conta das suas diferenças raciais e culturais, que vivem dentro das fronteiras dos Estados do nosso continente limita de um certo modo a modernização democrática plena daquelas sociedades. Nós estamos frente a um arranjo institucional e estrutural de padrão duplo nas sociedades latino-americanas e caribenhas; de um lado, um padrão classe com pretensão moderna para os brancos e mestiços mais esclarecidos; por outro lado um padrão casta para os negros e os índios. Ianni traduziu essa realidade assim:

Há padrões e valores remanescentes da sociedade de castas, produzida pelo colonialismo e escravismo, subsistindo junto aos valores e padrões da sociedade de classes que emerge a partir do século XIX. Tanto assim que, no século XX, as sociedades nacionais continuam a mesclar o passado e o presente, a casta e a classe, o patrimonialismo e o liberalismo (Ibid., p.13).

Levando essa constatação para o Haiti, podemos constatar que ele é o país onde a colonialidade do poder é mais velada nas Américas. Segundo Jean Casimir, a colonialidade do poder evidencia-se e impõe-se mais nas relações internacionais do país com as potências capitalistas globais do que nas relações sociais das diferentes categorias sociais que compõem a sociedade haitiana (CASIMIR, 2018). Na verdade, não é que não exista nas relações sociais nacionais, a tensão da colonialidade aparentemente se ameniza no Haiti porque como resultado da revolução de 1791-1804 os brancos como categorias sociais foram expulsos do país. É isso que chamei de desequilíbrio da colonialidade do poder porque lhe faltou a peça mais importante da colonialidade que é a categoria branca. Os mulatos não conseguiram fazer-se aceitos, como elementos substitutos legítimos do branco na sociedade neocolonial haitiana, pela comunidade internacional neocolonial. Pois é, sendo uma sociedade com mais

de 95% da população com cor de pele negra, os negros ocupam quase todas as esferas de poder político e os cargos administrativos com exceção das esferas econômicas importantes ocupadas por estrangeiros brancos, mulatos e siro-libanes; esse quadro fez com que a colonialidade do poder ou a questão de raça e cor se invisibilizasse na sociedade, a não ser nos momentos históricos quando os políticos negros perderam controle total do aparato estatal, a problemática da raça e da cor se vem incluir-se à agenda dos discursos políticos.

Nesse caso, como a colonialidade do poder se concretizou na sociedade haitiana? Casimir apontou que “O mundo urbano mantém a racialização das relações sociais graças à mudança de significado do termo escravo para o de agricultor” (Ibid., p. 270)¹¹. Ele prosegue para acrescentar que “A característica externa do agricultor - a cor da sua pele - tem a vantagem de visar precisamente o que nele há de superficial e de ignorar ou ignorar o seu modo de vida e de pensamento que desafia a imagem que estas oligarquias querem projectar” (Ibid., p. 270)¹². A apelação “cultivador” nesse contexto ressalta não só uma condição social de explorado em um modo de produção semi-colonial e semi-feudal (HECTOR, 1973), mas também um estigma de marginalização social baseado na cor de pele e raça. A única saída para escapar da condição de cultivador para o negro é ocupar boa posição no exército que depende de filiação à “grandonarquia”, falar a língua francesa como parisiense e professar a religião católica.

Por conseguinte, Michel-Rolph Trouillot viu certo quando ele declarou que a realização da transição democrática haitiana não pode afiançar-se primeiro a partir das instituições; segundo ele, o movimento deve iniciar-se a partir da sociedade civil por uma reconsideração ou humanização das relações sociais entre as elites e as massas do país (TROUILLOT, 1996). Nas reflexões de Trouillot, a questão de raça e de cor recebe pouca atenção considerando a que deveria merecer. Portanto, o obstáculo histórico que impede essa humanização pregada por ele em um país com as elites siro-libanes/mulatos e as massas/povo negro é a questão de raça e cor. Nesse choque entre a identidade cultural e a identidade nacional sobre o qual se define a cidadania e participação política na sociedade haitiana,

¹¹ Le monde urbain entretient la racialisation des rapports sociaux grâce au glissement de sens du terme esclave à celui de cultivateur (Texto original).

¹² La caractéristique externe du cultivateur -la couleur de sa peau- a l'avantage de cibler justement ce qui est superficiel chez lui et de passer à côté ou de faire abstraction de son mode de vie et de pensée qui défie l'image que ces oligarchies veulent projeter (Texto original).

Hurbon ressaltou a cor como um dos elementos a partir dos quais as elites cobram a exclusão das massas:

Aos elementos disponíveis para fundar a identidade cultural é então atribuído um sinal negativo. Por exemplo, a língua crioula, o culto ao vodu de origem africana, e mesmo a chamada cor negra e o analfabetismo só são concebidos dentro de uma operação de distinção, separação ou exclusão (HURBON, 1996, p. 20)¹³.

Vista e entendida nesse ângulo, a colonialidade do poder é um veneno que bloqueia e paralisa o desenvolvimento e a democratização da sociedade haitiana ao inviabilizar toda esperança de igualdade entre pessoas e categorias sociais com cor e raça diferentes. A colonialidade do poder é uma ordem de poder que vai além do contexto nacional, possui sua dimensão internacional pela qual as nações ou os países são categorizados por ordem de valor em função da racialidade da sua população. Por isso, desde o final do século XIX as elites latino-americanas se apressaram a encorajar imigração de europeus para branquear suas sociedades.

Por esta razão, Michel Rolph Trouillot, no seu texto intitulado “Les racines historiques de l'État duvalérien”, destacou com sucesso que as raízes da violência desencadeada pelo regime ditatorial duvalieriano não devem ser procuradas no regime ou vistas como uma espécie de loucura do ditador François Duvalier; mas devem ser considerados como sendo a natureza constitutiva do Estado haitiano. Segundo ele, a violência excessiva é resultado de uma relação rompida entre a nação e o Estado neocolonial (TROUILLOT, 1986). Jean-Pierre Boyer se destacou como o primeiro ditador da história do país porque foi um dos pioneiros que construiu e reforçou a ordem política autoritária constituída por um Estado contra as camadas populares. Boyer consolidou a orientação retrógrada de um sistema económico e a fundação de um Estado antinacional, mas decorreu de um processo contra-revolucionário que começou a ser posto em prática desde o assassinato de Jean-Jacques Dessalines em 17 de outubro de 1806. É importante admitirmos que a marcha contra-revolucionária arrancada após o assassinato de Jean-Jacques Dessalines em 1806 visou a reinstaurar e reforçar a colonialidade do poder no Haiti até hoje. O pagamento da indenização pela independência e o código de 1826 foram suficientes para

¹³ Les éléments disponibles pour fonder l'identité culturelle sont alors affectés d'un signe négatif. Ainsi par exemple, la langue créole, le culte du vaudou d'origine africaine, et jusqu'à la couleur dite noire et l'analphabétisme ne sont conçus qu'à l'intérieur d'une opération de distinction, de séparation ou d'exclusion (Texto original).

demonstrar o projeto neocolonial e contra-revolucionário da oligarquia e do Estado. Contudo, Trouillot nos ajuda a entender a sociedade haitiana é uma formação social que se estruturou em função das imposições políticas e econômicas da comunidade internacional :

Os proprietários militares que estabeleceram as linhas de força do Estado Haitiano entre 1804 e 1843 certamente não provocaram nem o ostracismo político nem a dependência econômica que atingiu o país. Mas dentro dos limites impostos pelas potências internacionais, eles tinham uma escolha de respostas. Eles escolheram contra a nação (TROUILLOT, 1986., p. 65)¹⁴.

Essa escolha que eles fizeram impacta ainda o destino político do povo haitiano. Eles sacrificaram as massas cultivadoras negras para se comprar um reconhecimento político internacional. Através da natureza neocolonial do Estado haitiano, desvenda-se que a sociedade civil ou a relação de classes é muito racializada no Haiti. Os cultivadores, depois de passarem pelas experiências com os governos sucessivamente de Alexandre Pétion e Jean-Pierre Boyer (mulatos anciãos livres), no levante de 1843, exigiram um negro no poder dentre suas reivindicações. A insatisfação do líder camponês Jean-Jacques Acaau com o presidente negro que sucedeu a Boyer o levou a concluir que o mulato pobre é negro, o negro rico é mulato. Mas, por que a pobreza é representada como negra, e a riqueza é mulato na declaração feita pelo Acaau? Pois, é óbvio quando o negro ocupa uma posição social de riqueza ou de poder, ele acabará se casando com mulata ou branca, assim as famílias negras ricas acabaram se mulatizando (FOUCHARD, 1972). Quase 100 anos depois, o marxista haitiano Jacques Roumain veio a assumir a mesma posição que Acaau em um contexto diferente durante e depois da ocupação americana ao adotar como slogan do partido comunista haitiano “ A cor não é nada, a classe é tudo” (ROUMAIN, 2017). Mas, é longe de ser tão simples assim.

Finalmente, a origem da violência excessiva e sangrenta ou do autoritarismo do Estado haitiano para com o povo baseia-se no seu processo histórico de formação. Esse processo fazia parte de uma lógica de contra-revolução guiada pela oligarquia dos anciãos livres contra as conquistas da luta revolucionária pela libertação nacional do novo povo livre. A contra-revolução fazia parte de uma estratégia de assegurar ou tranquilizar as potências coloniais escravistas e os países recém libertos da região que eram escravistas também.

¹⁴ Les militaires-propriétaires qui mirent en place les lignes de force de l'Etat haitien entre 1804 et 1843 n'avaient certes point provoqué ni l'ostracisme politique ni la dépendance économique qui frappaient le pays. Mais dans les limites imposées par les puissances internationales, ils avaient le choix des réponses. Ils choisirent contre la Nation

Então, a separação ou o desencontro do Estado haitiano com a sociedade é determinado historicamente e estruturalmente do exterior pela comunidade internacional liderada pelas potências escravistas ocidentais. Esse fenômeno de distanciar o Estado da sociedade tende a radicalizar na Ordem mundial contemporânea. É uma das características do Estado contemporâneo a buscar legitimidade de seu poder nas regras do jogo internacional em vez da soberania popular. O discurso democrático hegemônico desempenha um papel chave nesse processo, poucos são os países que nem se preocupam com sua exclusão do cerco internacional por acusação de terem violado os prescritos da cartilha democrática.

2.4 O discurso democrático como arma ideológica do imperialismo contemporâneo

A Segunda Guerra Mundial encerrou-se com a vitória dos aliados na segunda metade do ano de 1945. O potencial expansionista dos países como a França e a Inglaterra se esgotou nessa guerra doméstica com a Alemanha nazie. Então, os Estados Unidos com muitos recursos têm o horizonte livre na frente para avançar na sua ambição de expansão globalista. Assim, rapidamente, ele procedeu à montagem da atual estrutura global com a criação das instituições de Bretons Woods (FMI e Banco Mundial) e da ONU (Organização das Nações Unidas), mais tarde surgiu a OEA (Organização dos Estados Americanos). Graças ao FMI e Banco Mundial, os Estados Unidos conseguem monitorar o desdobramento global da economia do mercado conforme à lógica neocolonial e neoliberal pregando o desenvolvimento como a única saída da miséria para os países periféricos. Por outro lado, a ONU, ajudada pela OEA no continente americano, desempenha um papel importante na prescrição da democracia e da paz como arma ideológica de combate contra o comunismo no contexto da Guerra Fria.

As idéias do início deste século confirmam a democracia como o regime de governo, por excelência, do Estado contemporâneo. Em menos de uma geração o número de Estados que se dotaram de regimes democráticos liberais foi multiplicado por três (atualmente perfazem 140 Estados). A América Latina é exemplo claro do fenômeno e a OEA, por meio do Compromisso de Santiago (1991), define a democracia como o regime de governo do continente (SEITENFUS, 2002, p. 21).

Na primeira parte deste capítulo, nós vemos que não existe uma democracia, ela é um regime político que se diversifica em função de certas nuances políticas de como devem se relacionar o Estado e a sociedade, o governo com os cidadãos para o acesso ao poder, e as

tomadas de decisões dos dirigentes políticos. Desse modo, diferenciam-se a democracia representativa, a democracia participativa, a democracia deliberativa e a democracia comunitária. Mas, é óbvio que o Compromisso de Santiago da OEA de 1991 assim como a aceção das demais organizações internacionais, particularmente a ONU, não deram ouvidos aos outros modelos de democracia além da democracia liberal representativa por ser condizente melhor com os planos hegemônicos para o Sul Global. A democracia liberal representativa foi imposto como regime de governos aos países periféricos sob pena de sanção se não foi aplicada conforme foi prescrita:

O exercício da democracia representativa que se apresenta como condição sine qua non da manutenção de relações econômicas ou políticas com o exterior constitui evidente pressão em sentido lato e, portanto, uma forma de ingerência (SEITENFUS, 2002, p. 21).

Esse modo de atuação ingerência da dita comunidade internacional na política doméstica das nações do polo Sul do Mundo levou a questionar a validade do princípio de não intervenção de um Estado na política interna de outro Estado da Carta Magna da ONU. Esse pretense mundo livre de autoritarismo comunista para a construção do qual o bloco ocidental promete combater pela instauração da democracia liberal não se manteve perante as lutas populares para um mundo pós-capitalista. Por consequência, a partir dos anos 60, depois do sucesso da revolução cubana, os Estados Unidos empenharam-se a provocar golpes de estados e a encorajar a instalação de governos ditatoriais no hemisfério ocidental. Neles foram proibidas a liberdade de organização, de expressão, houve muitas execuções sem julgamento e perseguições de todo tipo.

Com efeito, em 1964, Jean-Claude Duvalier declarou-se presidente vitalício do Haiti. No mesmo ano, os militares do Brasil efetuaram um golpe de estado e estabeleceram um regime autoritário por mais de 20 anos. No Chile, em 1973, o governo democrático e progressista de Salvador Allende foi deposto pelo general sanguinário Augusto Pinochet graças ao envolvimento direto dos Estados Unidos. O regime ditatorial pinochetista durou por volta de 17 anos ao poder levando milhares de vidas para além-vida. Os militares argentinos deram um primeiro golpe de estado em 1966 e terminou em 1973 com a ascensão de Perón ao poder. A seguir, houve um segundo golpe em 1976 e durou menos de uma década ao acabar em 1983. Foi uma funesta crônica de perseguição de opositores políticos, de líderes de movimentos sociais e de guias religiosos. O Uruguai por sua parte teve seu período de ditadura estendido entre 1973 e 1985. O Paraguai experimentou o período de ditadura mais

longo da América latina que se iniciou em 1954 e chegou ao fim em 1989. É de capital importância constatar que o regime ditatorial de Stroessner teve início antes que a revolução tivesse acontecido. No Peru, ocorreu o golpe militar em 1968 e após mais de uma década de repressão, finalmente o país voltou à ordem democrática em 1980. Equador conheceu seu período ditatorial nessa sequência de 1968 a 1979. Finalmente, para não elencar todas as experiências ditatoriais na região do Caribe e da América latina, a República Dominicana, depois de ter sido invadida pelos fuzileiros navais norte-americanos em 1965, vivenciou um pesadelo ditatorial de 1966 a 1978.

Essas experiências autoritárias de 1960 a 1990 que mancharam a história política dos países do Caribe e da América latina, mais uma vez, desvendam o padrão duplo da atuação dos Estados Unidos nas relações internacionais. Na maioria dos países latino-americanos e caribenhos, os golpes de estados vieram a interromper uma série de esforços que ajudaram a construir e consolidar uma sociedade mais democrática. Porém, nesse mesmo contexto da Guerra Fria, chegou um momento em que a URSS se enfraqueceu bastante, os Estados Unidos começaram a pensar em se desembaraçar das ditaduras instauradas no hemisfério ocidental. Assim, os Estados Unidos voltaram a colocar a democracia no cerne da sua luta ideológica contra o comunismo em geral, e a União Soviética em particular. Na verdade, tanto o apoio aos regimes totalitários quanto a prescrição da democracia como regime político para um mundo livre fazem parte da estratégia de combate ao comunismo. Vejamos o que Ronald Reagan tem dito a respeito disso:

Ronald Reagan, no seu discurso ao Parlamento britânico em Junho de 1982, coloca a defesa da democracia no centro da Guerra Fria: esta guerra só terminará quando a democracia prevalecer na batalha ideológica que a opõe ao totalitarismo. Os estudos de democratização não estão fora desta batalha. O *Journal of Democracy* é testemunha disso. Criada e financiada pelo National Endowment for Democracy (uma organização semi-pública fundada em 1983 pela administração Reagan e destinada a liderar a luta por ideias e valores contra a URSS), quer desempenhar plenamente o seu papel na exportação do modelo democrático (GUENARD, 2007, p. 1)¹⁵.

¹⁵ Ronald Reagan, dans son discours au Parlement britannique en juin 1982, place la défense de la démocratie au cœur de la guerre froide : celle-ci n'aura de fin que lorsque la démocratie l'emportera dans la bataille idéologique qui l'oppose au totalitarisme. Les *Democratization studies* ne sont pas extérieures à cette bataille. La revue *Journal of Democracy* en témoigne. Créée et financée par le *National Endowment for Democracy* (organisme semi-public fondé en 1983 par l'administration Reagan et destiné à être le fer de lance du combat d'idées et de valeurs contre l'URSS), elle veut jouer pleinement son rôle dans l'exportation du modèle démocratique (Texto original).

Mais tarde, na década de 1990, o presidente Bill Clinton pronunciou um discurso que acatou o mesmo conteúdo ideológico que o discurso de Ronald Reagan nas vésperas da operação militar estadunidense para a restauração da democracia. Essa intervenção que se desenrolou precisamente em setembro de 1994 tinha por objetivo colocar de volta no poder o presidente Jean-Bertrand Aristide que foi deposto do poder pelos militares com a permissão dos Estados Unidos. E Clinton disse:

La historia nos ha enseñado que preservar la democracia en nuestro hemisferio fortalece la seguridad y la prosperidad de América. Las democracias aquí son más propensas a mantener la paz y a estabilizar nuestra región, y más propensas a crear mercados libres y oportunidades económicas y a convertirse en socios comerciales fuertes y fiables, y son más favorables a proveer a sus pueblos de las oportunidades que los animarán a permanecer en sus países y a construir su propio futuro (FONSECA, 2018, p. 56).

De acordo com a interpretação de Fonseca do discurso de Clinton, é totalmente óbvio que ele inscreve a promoção da democracia necessariamente liberal representativa em uma lógica de garantir a paz e ordem em favor do capitalismo de mercado. (Ibid., p. 57). O interesse de levar essa democracia para os países do mundo dentro das condições por ele impostas visa a garantir mercados para as produções industriais estadunidenses. Para ser mais preciso, há uma relação estreita nas políticas estrangeiras dos Estados Unidos entre a promoção da democracia liberal e a imposição do capitalismo neoliberal nas formações sociais periféricas. Todavia, é importante lembrar que o liberalismo não precisa necessariamente de uma atmosfera democrática para ser implementado. Pois é, a partir de 1970 no meio da onda ditatorial latino-americana e caribenha, os *chicago boys* experimentaram a “estratégia de choc” que visa a aplicar a receita neoliberal na economia daqueles graças ao alinhamento dos regimes ditatoriais à posição dos Estados Unidos (KLEIN, 2008).

No Haiti, quando o Baby Doc subiu ao poder em 1971, ele disse que o pai dele tinha feito a revolução política, então ele vai fazer a revolução econômica fazendo alusão às políticas neoliberais que ele vai aplicar na economia haitiana. O Chile era o teatro do maior cenário da experimentação neoliberal com a chegada de Augusto Pinochet ao poder depois infligir um duro golpe de estado ao governo democraticamente eleito de Salvador Allende em 1973. Milton Friedman, um dos teóricos e ideólogos do neoliberalismo, deslocou-se pessoalmente para visitar o Chile como campo de teste da sua teoria econômica. Regime ditatorial ou regime democrática, tanto faz para o hegemom impor as medidas neoliberais. No

entanto, com a queda do bloco do leste ocasionada pela dissolução da URSS em 1991, a estratégia autoritária virou inútil para conter a ameaça comunista; então, o bloco ocidental se tornou o promotor exacerbado da democracia liberal. A partir desse período, os dirigentes que não aplicam a pé da letra a gramática da democracia liberal são alvos de sanções diversas ou ameaças de intervenção armada.

Ser alvo de sanções econômicas, políticas e diplomáticas traduz uma forma de ingerência (SEITENFUS, 2002.). São uma série de pressão que os Estados do polo fraco do poder mundial evitam a qualquer preço. Para um Estado como o do Haiti, ele tem uma existência onde sempre ele deve fazer escolhas que opõem os interesses nacionais e os interesses dos Estados Unidos. Desde a transição democrática arrancada em 1987 pela promulgação da atual constituição, as nossas eleições são financiadas pelas organizações internacionais controladas pelas potências globais. Então, elas são planejadas e realizadas de acordo com os interesses delas. Segundo Sindjoun, por medo de sanções e de pressões de todo tipo, as elites locais e os Estados periféricos se submetem à lógica democrática da comunidade internacional. Ele interpreta essa submissão pelo conceito de lealdade democrática:

A lealdade democrática nas relações internacionais, ou seja, a conformidade com a democracia como norma de organização e funcionamento da vida política dos Estados, faz parte da dissolução da distinção interno/externo, porque se trata de uma análise das relações internacionais baseada em relações externas. influências que afectam a natureza dos regimes políticos dos Estados: estes deixam então de se enquadrar no absolutismo da “autonomia constitucional”, no princípio da “livre escolha do sistema”, no direito à autodeterminação (SINDJOUN, 2001, p. 31)¹⁶.

O alinhamento da democracia representativa com o neoliberalismo no Haiti promovido pela comunidade internacional através de uma série de intervenções internacionais representa um projeto letal e humanicida para uma população há muito tempo marginalizada que reclama participação política real e melhora das condições de vida. Enquanto a comunidade internacional ergue a bandeira da intervenção para trazer ao país a democracia liberal, as massas populares estão pensando em uma democracia humanizante

¹⁶ La loyauté démocratique dans les relations internationales, c'est-à-dire la conformité à la démocratie comme norme d'organisation et de fonctionnement de la vie politique des États, s'inscrit dans le cadre de la dissolution de la distinction interne/externe, car il s'agit ici d'une analyse des relations internationales fondée sur les influences externes affectant la nature des régimes politiques des États : ceux-ci cessent alors de relever de l'absolutisme de « l'autonomie constitutionnelle », du principe du « libre choix du système », du droit à l'autodétermination (Texto original).

como uma ocasião de virar o jogo neocolonial que aposta para sua aniquilação. Fonseca fez uma leitura semelhante ao ver nas narrativas populares haitianas um discurso decolonial:

Las narrativas haitianas durante la crisis, sin embargo, también mostraron diversas críticas contrahegemónicas que, con un discurso que puede entenderse como decolonial, desafiaron el régimen de verdad de la Posguerra Fría. Por discurso decolonial me refiero a aquel que se considera crítico con el orden establecido, entendiéndolo como una heterarquía de poder en la que múltiples colonialidades afectan las prácticas identitarias y las condiciones materiales, entre diversas cuestiones, de las subjetividades subalternas. Así, la crítica que desde un discurso decolonial se hace a una práctica concreta de poder es, indisociablemente, una crítica al sistema mundo moderno/colonial (FONSECA, 2018., p. 53).

Essas considerações sobre o discurso democracia hegemônico como corolário do mercado neoliberal na globalização contemporânea nos dá ferramentas teóricas para abordar e analisar o período que é objeto da nossa pesquisa. Além disso, vemos que a postura distanciada de certos Estados periféricos em relação a suas sociedades tem suas funcionalidades nas pressões internacionais, em particular provindas das potências ocidentais, e no desejo das elites locais de não perder seu lugar no comércio mundial por imposição de sanções.

CAPÍTULO III: Análise sobre a atuação do CORE GROUP na política no Haiti durante o cenário de crise 2018-2021

Neste capítulo, pretendemos analisar a atuação do CORE GROUP como um dispositivo de intervenção internacional na política haitiana cujo papel é de manter distantes e desintegrados o Estado e a sociedade no Haiti. Assim, a comunidade se mostra hostil aos movimentos de reivindicações populares que sempre buscam uma aproximação e uma integração com o poder político. Assim, nós mostraremos que, a partir de uma análise do posicionamento do CORE GROUP no cenário de crise (2018-2021), a comunidade internacional visa impedir toda relação baseada na legitimidade e na confiança entre o Estado e a sociedade na primeira República caribenha.

3.1 Procedimentos metodológicos

No nosso trabalho, nós nos empenhamos a encher um vazio científico nas ciências sociais sobre a realidade social haitiana expresso na seguinte pergunta: Como os posicionamentos da comunidade internacional, conforme articulados pelo CORE GROUP durante o período de crise (2018-2021), impactam na articulação entre Estado e Sociedade no Haiti?

Sendo assim, a primeira empreitada que a gente se deu foi fazer um levantamento bibliográfico e uma revisão de literatura sobre o principal conceito que compõe a pergunta da nossa busca: intervenção internacional. Essa operação é de duas ordens; primeiro, ela é teórica ao termos recenseado as diferentes abordagens teóricas que tratam do conceito no campo das ciências em geral; segundo, ela é histórica ao termos passado em revista as produções de alguns autores chave sobre esse fenômeno no Haiti em particular.

De antemão, é importante deixar claro que as variáveis em relação na pergunta não são quantificáveis; então, a abordagem que estrutura o trabalho é necessariamente qualitativa. No entanto, isso não quer dizer que não vamos usar algumas informações estatísticas secundárias para exemplificar certas explicações. Assim, a nossa pesquisa, sendo uma pesquisa estritamente documental, trabalhará tanto com os documentos impressos como livros, jornais, documentos legais, fotos etc., quanto os que são não-impressos de tipo sites oficiais, redes sociais. A busca de resposta a nossa pergunta de pesquisa descarta recorrer a outras fontes de dados além de documentos. Querendo manter uma coerência conceitual e procedimental em uma pesquisa qualitativa como a nossa, entendemos construir um corpus de informações a partir desses documentos que detalhamos no parágrafo seguinte. O corpus é uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar (BARTHES Apud BAUER et. al., 2015, p. 44).

Por conseguinte, neste trabalho, eis a descrição das fontes de dados ou do corpus de informações que serão utilizadas para coletá-los, organizá-los e depois analisá-los a fim de responder à pergunta da nossa pesquisa. Primeiro, vamos usar, principalmente, os comunicados de posicionamento do CORE GROUP nos sites das embaixadas dos países membros, nos sites das organizações internacionais que fazem parte do grupo; segundo, usaremos as informações sobre o CORE GROUP nos jornais Le Nouvelliste, Haiti-liberté, Le

Nacional etc. Terceiro, coletamos dados dos relatórios das organizações de Direitos Humanos sobre o período de crise 2018-2021. Geralmente, a constituição do corpus de informações da pesquisa determina a técnica de coleta de dados; dado que o corpus define a fonte e o modo operatório para extrair informações úteis para responder a pergunta da pesquisa. O corpus de dados, sendo definido e estabelecido ademais da revisão de literatura concernente aos conceitos fundamentais da pesquisa, procedemos à fase de consulta dos documentos-fontes na base de uma técnica de coleta de informações condizente ao nosso corpus.

Partindo dessa consideração, para efetuar a coleta de informações relativas à nossa pergunta de pesquisa, vamos usar a técnica de análise documental ou documentação. O que é a análise documental? Podemos defini-lo como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência (BARDIN, 1977, p. 45). Aqueles documentos servirão para fornecer dados a fim de tratar das categorias de intervenção internacional na política haitiana e de estabilidade democrática no objetivo de responder à questão da pesquisa. A documentação entendida como toda forma de registro e de sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador será a técnica de coleta de dados que permitirá buscar e classificar os documentos, e organizar as informações extraídas para serem tratadas depois (SEVERINO, 2013). Embora o uso da análise de documento, como técnica de coleta de informações, possua algumas vantagens ao limitar ou eliminar as influências e intervenções deturpadoras do pesquisador sobre o objeto ou os sujeitos pesquisados, ela tem suas desvantagens também ao não permitir interações entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados na ótica de extrair informações suplementares (CELLARD, 2014).

Nós fazemos a análise documental conforme os procedimentos padronizados por Cellard (Ibid) com três grandes momentos: análise preliminar, análise propriamente dita e conclusão. Na análise preliminar, enxergamos nos textos os seguintes pontos: o contexto da produção do texto; o/os autor/es; a autenticidade / confiabilidade / natureza do texto; e os conceitos-chave e a estrutura lógica do texto. Na análise do texto, iniciamos a interpretação do texto em função do questionamento que serve de fio condutor do texto e a partir da pergunta da nossa pesquisa. Afinal, desembocamos em uma conclusão de leitura e de análise textual.

A seguir, faremos uso de análise de conteúdo como técnica de análise ou de tratamento das informações coletadas. Segundo Bardin, a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42). Portanto, Moraes, por sua parte, oferece uma definição da análise de conteúdo que seja mais condizente à pesquisa qualitativa definida da maneira seguinte:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas e quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES Apud GUIMARAES e PAULA, 2022, p. 33).

Como podemos ver, a agilidade qualitativa da análise de conteúdo conforme Moraes abre espaço para uma aproximação entre análise de conteúdo e análise de discurso. Em razão do fato que a análise do discurso, tal como a análise de conteúdo, trabalha com unidades linguísticas, que sejam escritas ou orais, ela também servirá no processo de análise das informações ou dos dados na nossa pesquisa.

Com efeito, considerando a ilustre diferenciação e complementaridade que Rocha e Deusdará estabeleceram entre as técnicas de análise de conteúdo e análise de discurso na nossa busca, vemos a importância na análise das informações de cruzar essas duas técnicas de análise de dados em uma lógica de triangulação metodológica. Segundo eles, “a Análise de Conteúdo se define como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” que aposta grandemente no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto” (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005, p. 308). Conforme essa definição a análise de conteúdo passou a ser vista como um método que se aplica a uma démarche mais positivista ao apostar na objetividade e ao considerar as subjetividades como irracionais e não-científicas. Portanto:

Um pesquisador em Análise do Discurso não pretenderia fazer emergir uma realidade exterior à linguagem (imagens psicologicamente constituídas como significado profundo). Para a Análise do Discurso, a linguagem não é o reflexo de algo que lhe é exterior. Toda produção de linguagem, portanto, não possui uma motivação outra, constituindo-se, de fato, como produto do

encontro entre um eu e um outro, segundo formas de interação situadas historicamente (Ibid., p. 317).

Os autores prosseguem destacando que, em termos de objetivo de cada uma dessas técnicas, enquanto a análise de conteúdo visa a captar um saber que está por trás da superfície textual; a análise do discurso, por sua parte, projeta a analisar em que perspectivas a relação social de poder no plano discursivo se constrói (Ibid.) Por opostas que possam ser aquelas duas técnicas de análise, tendo em conta os documentos que analisaremos são conteúdos tidos como lugar de um discurso politicamente constituído, pretendemos combiná-las para levar adiante a análise das informações coletadas. Assim, nós reforçamos as reflexões segundo as quais que possa existir um entrelugar entre conteúdo e discurso chamado de Análise Textual Discursiva (ATD) (GUIMARÃES e PAULA, 2020). A aplicação dessas duas técnicas de análise operacionalizam-se a partir de construção de categorias de análise para os conceitos-chave da pesquisa, ao entender :

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. (BARDIN, 1977, p.117).

Por geral pode parecer essa definição da categorização de Bardin, é importante frisar que o quantitativo prevalece nela. Querendo localizar nossa pesquisa do lado quantitativo, nos identificamos mais com a abordagem de Moraes. Pois é, a “Análise de conteúdo a partir de Moraes, numa abordagem qualitativa, esse legado não se aplica. Ou seja, não há necessidade de tabular e determinar a porcentagem das categorias, essa é uma das características que diferenciam Moraes de Bardin” (GUIMARÃES e PAULA, 2022, p. 35). Consequentemente, para o conceito de intervenção internacional, desenvolvemos cinco categorias de análise: Imperialismo coletivo como um bloco no poder, Prescrição precarizante do neoliberalismo, Promoção da democracia das urnas, Criminalização da democracia das ruas e Divorcio do Estado com a Sociedade. É fundamental enfatizar que essas categorias decorrem a partir da tomada de contato do conceito principal da pergunta de pesquisa com os documentos que servem de fontes de dados ou informações para a busca. Então, as categorias auxiliam tanto na coleta quanto na análise das informações necessárias e indispensáveis. Dai, efetuamos a Análise de Conteúdo a partir de Moraes, que também

incorpora as características da Análise de Discurso na etapa da interpretação, processo que consiste em cinco momentos: a preparação das informações, a unitarização do corpus, a categorização, a descrição e a interpretação.

3.2 Um breve olhar para o período de crise 2018-2021

Já temos situado o cenário de crise 2018-2021 dentro de uma manifestação maior da crise estrutural e sistema da sociedade haitiana que teve seu início em 1986 com a derrocada da ditadura dos Duvalier. A crise desde 1986 tem algumas características que a fizeram distinta das crises anteriores: sistema econômico semi-feudal/semi-colonial enfraquecido, mundo rural desintegrado em favor da aglomeração urbana, políticas neoliberais a seu pico e anunciada transição democrática. Essa última nutre os sonhos das massas populares de melhorar suas condições materiais de existência cuja materialização depende do rompimento da velha fronteira entre o Estado e a sociedade no Haiti. Nunca na história do Haiti um momento inspirou tanta esperança relativa à conciliação do poder político com a sociedade em favor do estabelecimento de um regime democrático. Porém, as elites locais e a comunidade vêm na transição democrática uma simples formalidade para legitimar um novo procedimento ou mecanismo de reprodução de suas dominações.

As políticas neoliberais produziram o mesmo efeito sobre um sistema econômico de plantação que estava em agonia. Promovendo a política de livre mercado, elas quebram o pouco que restava da produção nacional e que já estava em estado de resistência. Em consequência, o mundo rural se desintegrou em favor da migração para os Estados Unidos, Brasil e Chile como mão de obra nas indústrias pesadas de produção capitalista. Contudo, a economia desses países não conseguem absorver toda a massa desocupada do precariado haitiano. Nesse sentido, os proletarizados vieram se estabelecer de maneira anárquica nas periferias das cidades haitianas que estão não munidas de condições para acolhê-los dignamente. Eles passam a ter um papel importante como ator protagonista na atual crise nacional que teve início desde 1986 que repetem as mesmas coisas: melhores condições materiais de vida, integração na vida política com a instauração de um regime democrático etc. Podemos declarar que há quatro décadas desde que o rural perdeu relevância em favor do urbano em termos de espaço-cena dos movimentos populares. O foco agora é contra as políticas neoliberais e o estabelecimento de um regime democrático capaz de melhorar as condições de vida da população.

A crise de 1986 a hoje em dia passou vários cenários marcados cada vez por momentos de contestação contra governos, golpes de estado, e contestação de eleições e período de transição de poder. A respeito disso, nós conhecemos certos momentos marcantes como o golpe de estado contra o presidente Jean-Bertrand Aristide em 1991, o período da junta militar (1991-1994), contestação ao presidente Jean-Bertrand Aristide desde 2003 até sua deposição em 2004, o período de transição (2004-2006), a contestação da eleição de Jovenel Moïse em 2016, e a contestação do governo de Jovenel Moïse de julho de 2018 até seu assassinato em julho 2021. Desde então, o país passou de um primeiro período de transição democrática (2021-2024) para um segundo período de transição que teve início no mês de março de 2024.

Nessa sequência, em 2018, eclodiu-se uma crise a partir de uma série de um movimento popular que reclamou da subida do preço do combustível e dos demais produtos de primeira necessidade. Esse movimento é seguido por um outro movimento que denunciou os casos de corrupção do regime PHTK na gestão do programa PETROCARIBE. Mais na frente, ambos os movimentos conjugaram sua força para pedir a demissão do presidente Jovenel Moïse por ele ser citado na dilapidação dos fundos PETROCARIBE e indeciso para resolver os problemas de ordem material da população. Enquanto isso, assistimos a uma escalada da instabilidade democrática, de violação de direitos humanos e a violência a grande escala perpetrada pelo governo.

Vale ressaltar que a presidência de Jovenel Moïse resultou de um contexto político pós-terremoto muito tenso. O antecessor dele, Michel Joseph Martelly, tornou-se presidente graças ao apoio da comunidade internacional, de uma eleição contestada pelos oponentes da corrida. Jovenel Moïse, por sua parte, fez sua aparição na cena política como afiliado de Martelly. Tal aparição que lhe valeu impopularidade, ódio por parte das massas populares. Apesar disso, ele se apresentou nas eleições de 2015 cujo resultado foi contestado por grandes mobilizações populares por ter dado vitória a Jovenel Moïse. Após um ano de transição assumido por Jocelerme Privert, como saída da crise eleitoral, Jovenel Moïse saiu de novo vitorioso das urnas do pleito organizado pelo governo de transição. Ele tomou posse no front daquela crise política em maio de 2017.

A série de protestos que estourou a partir de julho de 2018 apenas se somou a esse descontentamento popular ao regime PHTK que fez tudo a seu alcance para se reeleger fraudulentamente com a injerencia da comunidade internacional. A crise 2018-2021 que queremos analisar neste trabalho, é na verdade uma conjuntura politica que se estendeu da eleição do presidente Jovenel Moise em 2015 ao seu assassinato em 2021. Ela constitui um período repleto de elementos observáveis podendo levar a uma conceitualização consistente relativa à crise social haitiana.

3.3 CORE GROUP: uma forma de expressão do imperialismo contemporâneo

Durante o período de posicionamentos abertos do Core Group na política haitiana que vai de 2018 a 2021, denotaram-se três linhas políticas fortes nos seus comunicados de imprensa: 1) Soportar as autoridades politicas, mesmo corruptas e ilegítimas 2) a criminalização dos movimentos populares para justificar a repressão policial 3) a promoção de uma democracia das urnas atrelada a uma concepção hegemônica da democracia. A fim de ilustração e de análise, escolhemos uma série de comunicados no intuito de enfatizar que durante esse período não mudaram as diretrizes de intervenção da comunidade internacional na política no Haiti. O ano 2018 era pontuado por grandes comoções de reivindicações populares contra a corrupção, fome e miséria de todo tipo que acabaram desembocando no pedido de demissão do presidente daquele momento. O Core Group não tardou a se posicionar em tais conjunturas depois de uma série de protestos populares até que o presidente foi assassinado, pondo um termo a esse ciclo da crise.

3.3.1 Imperialismo coletivo como um bloco no poder

O que é o imperialismo coletivo? É uma nova forma de atuação política das potências capitalistas ocidentais que tende a superar as diferenças imperiais ocasionando a Segunda Guerra Mundial. Ela constitui uma mudança significativa de um imperialismo colonial ou clássico para um imperialismo contemporâneo (AMIN, 2006). O CORE GROUP representa uma forma de expressão perfeita do imperialismo contemporâneo que sempre se quer um imperialismo coletivo. Apesar de ser coletivo, esse imperialismo é liderado pelos Estados Unidos desde sua constituição a partir de 1945. Vista a composição do CORE GROUP, constatamos que se mobiliza toda a força do bloco ocidental hegemônico contra o Haiti. A cada nota de posicionamento do grupo, ele sempre lembra que:

O Grupo Central (composto pelo Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, pelos Embaixadores da Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, Estados Unidos da América, França, União Europeia e pelo Representante Especial da Organização das Nações Unidas) foi criada em 2004 para promover o diálogo com as autoridades haitianas e contribuir para uma ação eficaz da comunidade internacional no Haiti (Core Group, 02/11/2018)¹⁷.

Mas, Ricardo Seitenfus, no seu texto sobre o fracasso da ajuda internacional no Haiti, citou outros países que faziam parte do CORE GROUP, talvez percam sua posição dentro do grupo por sua falta de liderança no cenário internacional. Também podem ser países da reserva da associação. Aqueles países são a Argentina e o Chile que perdem o protagonismo dentro do grupo nos últimos tempos, porque foram mencionados nos últimos comunicados de posicionamentos do Grupo na crise de 2018-2021. Contudo, eles têm um passado no grupo terem sido citados por Seitenfus no trecho seguinte:

O Core Group – grupo responsável pela coordenação internacional no Haiti e composto por representantes da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos e União Europeia (SEITENFUS, 2015, p. 337)¹⁸.

O que é importante notar nesse trecho é que o CORE GROUP se assume como a voz da comunidade internacional no Haiti desde 2004. Ele se tornou a verdadeira ponte através da qual o bloco ocidental organiza suas ações no país. As missões da ONU como MINUSTAH MINUJUSTH e BINUH são simplesmente peças de uma estrutura maior ou uma fachada internacional através da qual opera o CORE GROUP. Para desvendar o caráter interesseiro do grupo, fomos fazer uma visita aos sites ou portais virtuais das instituições membros da associação. Os países são representados pelos embaixadores (as) e as organizações internacionais pelos representantes especiais no Haiti. O grupo é composto de 6 países (3 europeus, 3 americanos) e de três organizações internacionais. De todos os países, só os portais das embaixadas dos Estados Unidos e da França publicam as notas de posicionamentos do CORE GROUP na conjuntura política de 2018-2021. Entre as

¹⁷ Le Core Group (composé de la Représentante spéciale du Secrétaire général des Nations Unies, des Ambassadeurs d’Allemagne, du Brésil, du Canada, d’Espagne, des États-Unis d’Amérique, de France, de l’Union Européenne et du Représentant spécial de l’Organisation des États Américains) a été établi en 2004 afin de promouvoir le dialogue avec les autorités haitiennes et de contribuer à une action efficace de la communauté internationale en Haïti (Texto original).

¹⁸ Le Core Group – groupe chargé de la coordination internationale en Haïti et composé de représentants de l’Argentine, du Brésil, du Canada, du Chili, de l’Espagne, des États-Unis, de la France, des Nations Unies, de l’Organisation des États Américains et de l’Union Européenne (Texto original)

organizações internacionais, só a União Europeia não publica as notas dele. A fim de provas, levamos esses prints aqui:

Figura 5: O presidente Jovenel Moïse em foto no site da embaixada dos EUA com os principais embaixadores/as do CORE GROUP após um encontro sobre a crise de 2018.



Fonte: Site oficial da embaixada dos Estados Unidos no Haiti. Disponível em: <<https://ht.usembassy.gov/fr/communique-de-presse-du-core-group/>>. Acesso em 09 de maio de 2024.

De todos os prints, o supraindicado tem um valor importante por ser uma foto que demonstra o apoio que o CORE GROUP brindou ao ex-presidente Jovenel Moïse dentro da crise 2018-2021 face aos movimentos de reivindicações populares. Com essa foto é acompanhada de uma nota que condena as mobilizações qualificadas de violentas, elogia a

polícia nacional por seu profissionalismo repressivo e lembra que o governo de Moïse é democraticamente legítimo. Então, o grupo manifestou o seu pleno apoio ao presidente com desprezo às reivindicações populares.

Figura 6: Um comunicado do Core Group publicado no site oficial da embaixada da França no Haiti

The image is a screenshot of the French Embassy in Haiti's website. At the top left, there is the French flag and the text "AMBASSADE DE FRANCE EN HAÏTI" with the motto "Liberté Égalité Fraternité". To the right, it says "La France en Haïti" and "Ambassade de France à Port-au-Prince". Below this is a navigation menu with buttons for "Ambassade", "Présence française", "Relations bilatérales", "Coopération", and "Services aux citoyens". The main content area shows a breadcrumb trail: "Accueil > Ambassade > Actualités > Communiqué de presse du Core Group 30 mai 2019". The title of the page is "Communiqué de presse du Core Group - 30 mai 2019". There are social media icons for print, Facebook, and Twitter. The text of the press release is as follows:

Port-au-Prince, le 30 mai 2019

Le Core Group (composé de la Représentante spéciale du Secrétaire général des Nations Unies, des Ambassadeurs d'Allemagne, du Brésil, du Canada, d'Espagne, des États-Unis d'Amérique, de France, de l'Union Européenne et du Représentant spécial de l'Organisation des États Américains) exprime sa profonde inquiétude devant la grave crise politique, économique, sociale et sécuritaire qui secoue Haïti.

Il condamne les actes de dégradation commis contre le Sénat.

Pour surmonter ces blocages, les membres du groupe appellent à la tenue d'un large débat national, sans préconditions, réunissant le secteur politique et le secteur privé ainsi que la société civile.

Ce débat doit permettre d'engager un agenda de réformes, d'assurer la tenue des élections parlementaires et le bon fonctionnement des institutions. Ces avancées sont nécessaires pour apporter des réponses concrètes et efficaces aux difficultés quotidiennes de la population.

publié le 31/05/2019 [↑ haut de la page](#)

Fonte: Site da embaixada da França no Haiti. Disponível em: <https://ht.ambafrance.org/Communique-de-presse-du-Core-Group-30-mai-2019>. Acesso em 09 de maio de 2024.

Figura 7: Um comunicado do Core Group no site da missão da ONU no haiti (BINUH)

ONU | Département des affaires politiques et de la consolidation de la paix | EN FR | [Social Media Icons]

BINUH | BUREAU INTÉGRÉ DES NATIONS UNIES EN HAÏTI

ACCUEIL | À PROPOS | **CENTRE DE PRESSE** | ACTIVITÉS | RESSOURCES | RE

Accueil > Centre de presse

17 juil | **COMMUNIQUÉ DU CORE GROUP**
2021

Port-au-Prince, le 17 juillet 2021 – Le Core Group (composé des Ambassadeurs d'Allemagne, du Brésil, du Canada, d'Espagne, des États-Unis d'Amérique, de France, de l'Union Européenne, du Représentant spécial de l'Organisation des États Américains et de la Représentante spéciale du Secrétaire général des Nations Unies) appelle à la formation d'un gouvernement consensuel et inclusif. Dans cet objectif, il encourage fortement le Premier Ministre désigné Ariel Henry à poursuivre la mission qui lui a été confiée de former un tel gouvernement.

Alors qu'Haïti affronte de graves périls, les membres du groupe expriment le souhait que l'ensemble des acteurs politiques, économiques et de la société civile du pays soutiennent pleinement les autorités dans leurs efforts de rétablir la sécurité sur l'ensemble du territoire, y compris dans les zones actuellement en proie à la violence des gangs, d'organiser des scrutins législatifs et présidentiels libres, justes, transparents et crédibles dans les délais les plus brefs, et de s'assurer que chaque citoyen bénéficie de services adéquats de l'Etat.

--FIN--

Fonte: Site da missão da ONU no Haiti. Disponível em: <https://binuh.unmissions.org/fr/communiqu%C3%A9-du-core-group-4>. Acesso em 09 de maio de 2024.

Figura 8: Um comunicado do Core Group no site oficial da OEA

OEA Plus de droits pour plus de personnes

English | Français

À propos de l'OEA | Thèmes | Partenaires stratégiques | États membres | Centre des médias | Documents | Reddition de comptes | Calendrier

Département de la presse

Accueil » Centre de médias » Communiqués de presse » F-038/19

Centre de médias

- Communiqués de presse
- Discours
- Abonnements par e-mail
- Diffusions sur le Web en direct
- Vidéos
- Audio
- Photos
- Réseaux sociaux
- Bulletins électroniques

Communiqué de presse

Communiqué de presse du Core Group Haïti

30 mai 2019

Port-au-Prince – Le Core Group (composé de la Représentante spéciale du Secrétaire général des Nations Unies, des Ambassadeurs d'Allemagne, du Brésil, du Canada, d'Espagne, des États-Unis d'Amérique, de France, de l'Union Européenne et du Représentant spécial de l'Organisation des États Américains) exprime sa profonde inquiétude devant la grave crise politique, économique, sociale et sécuritaire qui secoue Haïti.

Il condamne les actes de dégradation commis contre le Sénat.

Pour surmonter ces blocages, les membres du groupe appellent à la tenue d'un large débat national, sans préconditions, réunissant le secteur politique et le secteur privé ainsi que la société civile.

Ce débat doit permettre d'engager un agenda de réformes, d'assurer la tenue des élections parlementaires et le bon fonctionnement des institutions. Ces avancées sont nécessaires pour apporter des réponses concrètes et efficaces aux difficultés quotidiennes de la population.

Département de la presse et de la communication

Référence : F-038/19

Fonte: Site oficial da OEA. Disponível em: https://www.oas.org/fr/centre_medias/communiqu_e_presse.asp?sCodigo=F-038/19.

Acesso em 09 de maio de 2024.

Por que as embaixadas dos outros países e a missão europeia não replicam as publicações do CORE GROUP na sua página oficial? Será que os Estados Unidos, a França, a ONU e a OEA são os atores que mais tem interesse na crise social haitiana? Ou os outros países não querem assumir oficialmente as atividades políticas do CORE GROUP no Haiti por ser jogo sujo? Seja qual for a resposta, esses atores camuflados não desistem de ser membros da organização também e não denunciam suas atividades. Então, de perto ou de longe eles são aliados dos atores que se mostram a cara. Encaixando o CORE GROUP na lógica do imperialismo contemporâneo, podemos dizer que eles fazem parte de um imperialismo coletivo encabeçado pelos Estados Unidos. Nesse sentido, o papel central dos Estados Unidos no CORE GROUP se destaca na quantidade de publicações do grupo que passa pelo portal digital da sua embaixada no Haiti.

3.3.2 Prescrição precarizante do neoliberalismo

A mundialização neoliberal que rege a arquitetura econômica do mundo de hoje é resultado de longo processo cujo início remonta a 1492. Assim, o neoliberalismo se concebe como um projeto global, colonial e hegemônico do capitalismo mundial sob égide das instituições financeiras internacionais ou ocidentais. O neoliberalismo supõe que o Estado se desengaje de todas as atividades econômicas e sociais para ser substituído pelo setor privado visto como uma solução à crise da dívida. Assim, o Estado deve diminuir suas despesas e aumentar suas receitas. Por conseguinte, ele terá que renunciar à gestão das empresas públicas em favor do setor privado, e terá que diminuir suas despesas a caráter social na saúde, educação, moradia, emprego etc (BARTHELEMY, 2008). Franz Hinkelammert interpreta o neoliberalismo igual a um furacão que destruiu todo que encontra no seu caminho:

El proceso de globalización pasa desde hace más de dos décadas por encima de América Latina, del mismo modo que pasa por encima del mundo entero: como un huracán. La privatización de las funciones del Estado, el comercio libre, el desencadenamiento de los movimientos internacionales de los capitales, la disolución del Estado social, la entrega de la funciones de planificación económica a las empresas multinacionales, y la entrega de la fuerza de trabajo y de la naturaleza a las fuerzas del mercado, han arrasado el continente (HINKELAMMERT, 1999, p. 17).

Nos países periféricos, ele sempre entra em choque com outros projetos de vida locais e com a reprodução material de vida dos trabalhadores assalariados e não-assalariados. O neoliberalismo pauperiza as populações desses países no proveito das multinacionais. O CORE GROUP como porta-voz da dita comunidade internacional no Haiti traz exatamente o discurso neoliberal na crise 2018-2021 como proposta de solução:

Neste sentido, o grupo incentiva o governo a acelerar as suas reformas estruturais destinadas a promover uma melhor gestão dos recursos do Estado, melhorar as condições de vida da população precária, combater as disparidades e promover o clima de investimento para estimular o desenvolvimento dos sectores produtivos. – os únicos capazes de catalisar o crescimento do país (Core Group, 10/02/2019)¹⁹.

Esse trecho da nota de posicionamento do CORE GROUP resume perfeitamente a sua essência global e hegemônica do ponto de vista dos interesses do imperialismo

¹⁹ A cet égard, le groupe encourage le gouvernement à accélérer ses réformes structurelles visant à promouvoir une meilleure gestion des ressources de l'Etat, améliorer les conditions de vie de la population en précarité, lutter contre les disparités, et favoriser le climat d'investissement pour stimuler le développement des secteurs productifs – seuls à même de catalyser la croissance du pays (Texto original).

contemporâneo. Ele contém nele as noções chave para esboçar um discurso neoliberal: reformas estruturais, melhor gestão dos recursos do Estado, clima de investimento favorável e crescimento econômico. Mas, bizarramente, o grupo pretende promover tudo isso no intuito de melhorar as condições de vida da população haitiana. Porém, desde que as reformas de ajuste estrutural começaram a ser implementadas na economia haitiana no início da década de 70 durante a ditadura dos Duvalier, nós observamos todo o contrário. Essa política está na origem de uma boa parte da atual instabilidade política no Haiti. Pois, com a aplicação das políticas neoliberais, se degradou a condição de vida da população, se acelerou o êxodo rural para causar uma crise de aglomeração urbana, colapsou o pouco que restava do setor da produção agrícola nacional. Frente a isso, três meses mais tarde, a comunidade internacional acredita que um debate nacional pode resolver esse caos político e econômico que ela mesma criou:

Os membros do grupo apelam à realização de um amplo debate nacional, sem condições prévias, que reúna o sector político e o sector privado, bem como a sociedade civil. Este debate deverá permitir iniciar uma agenda de reformas, garantir a realização de eleições parlamentares e o bom funcionamento das instituições. Esses avanços são necessários para dar respostas concretas e eficazes às dificuldades cotidianas da população (Core Group, 30/05/2019)²⁰.

Vale reparar que o tom com o qual se expressa o CORE GROUP para aqueles setores importantes da vida nacional é muito colonial por pedir-lhes de engajar um debate nacional sem precondições. Além disso, o propósito desse debate já está por ele formulado e prescrito claramente aos atores nacionais: montar uma agenda de reformas, garantir a organização das eleições parlamentares e assegurar o bom funcionamento das instituições. Nós supomos que as reformas estruturais estão incluídas nessa agenda de reformas. É importante frisar também que ele reforçou essa vez a proposta neoliberal de solução de crise com sua variante política que é a democracia liberal representativa.

3.3.3 Promoção da democracia das urnas

A nova Ordem Mundial ou melhor dizer a Ordem Mundial Contemporânea transformou o modo de atuação do imperialismo em um imperialismo coletivo e internacional, também reviu o modelo democrático clássico para formular um modelo contemporâneo ou hegemônico de democracia (SANTOS, 2002). Esse novo modelo de

²⁰ Les membres du groupe appellent à la tenue d'un large débat national, sans préconditions, réunissant le secteur politique et le secteur privé ainsi que la société civile. Ce débat doit permettre d'engager un agenda de réformes, d'assurer la tenue des élections parlementaires et le bon fonctionnement des institutions. Ces avancées sont nécessaires pour apporter des réponses concrètes et efficaces aux difficultés quotidiennes de la population (Texto original).

democracia se quer necessariamente instrumental que tende a arranjar um conjunto de dispositivos institucionais para o povo eleger seus governantes ou supostos representantes (SCHUMPETER, 1961). Nessa democracia só contam as urnas. Essa visão da democracia se revela contrária à de um povo que entrevê na democracia uma chance de influenciar a política ou de pressionar os dirigentes para melhorar suas condições de vida.

Figura 9 : Uma outra foto do presidente Jovenel Moïse postado com os embaixadores do Core Group depois de um encontro em meio à crise 2018-2021.



Fonte: Rezo Nòdwès. Publicado em 26 de abril de 2020. Disponível em: <https://reznodwes.com/?p=169279&>. Acesso em 28 de agosto de 2024

O modelo instrumental da democracia sempre foi o próprio da intervenção da comunidade internacional na política no Haiti. De fato, esse modelo democrático chamado também de democracia liberal representativa se casou com o modelo econômico neoliberal para formar um todo coerente. No meio da crise 2018-2021, as mobilizações populares deixaram entender claramente que um dirigente que não pode atender as necessidades da população enquanto está envolvido na corrupção deve demitir-se. Portanto, a comunidade internacional, mediante a voz do CORE GROUP, desconsidera as demandas populares para

uma vida melhor, e faz prevalecer a abordagem hegemônica da democracia para se posicionar:

Reiterando a observação de que numa democracia a mudança deve ser alcançada através das urnas e não através da violência, o Core Group insta o poder executivo e o poder legislativo a colaborarem para que a lei eleitoral, bem como a lei financeira para o ano fiscal 2018-2019 sejam adotados e promulgados o mais rápido possível. Só através destas ações é que as eleições previstas pela Constituição para Outubro de 2019 poderão decorrer de forma livre, justa e transparente, e será evitado um vazio institucional (Core Group, 10/02/2019)²¹.

Neste trabalho, se apresentamos trechos que são atravessados por conteúdo idêntico, é porque queremos mostrar a frequência e a constância de uma certa ideologia nos discursos do CORE GROUP em contextos diferentes dentro da crise. Finalmente, a comunidade internacional fez entender ao presidente Moïse que a crise é simplesmente eleitoral. Assim, ele só tomou medidas que pudessem ajudar na realização das eleições, as mobilizações populares ele abordou com violência e repressão. Enquanto isso, a cada momento o grupo sente que o presidente está prestes a capotar, ele o reergue com uma nota que renova seu apoio inquebrantável:

O Core Group espera que para o Haiti o ano de 2021 seja de renovação democrática. Neste sentido, os membros do grupo solicitam uma aceleração dos preparativos para as próximas eleições e apelam aos líderes e instituições do país para que publiquem urgentemente um calendário eleitoral, para acelerar a distribuição de cartões de identificação nacionais para finalizar o mais rapidamente possível listas eleitorais fiáveis. , implementar uma lei eleitoral e uma lei partidária que garantam a transparência dos escrutínios e garantir condições de segurança suficientes para permitir o seu bom funcionamento (Core Group, 25/11/2020)²².

Os posicionamentos do CORE GROUP acentuam muito nos preparativos para organizar as eleições. Eles traduzem perfeitamente a verdadeira missão da comunidade

²¹ Réitérant le constat que dans une démocratie, le changement doit se faire par les urnes, et non par la violence, le Core Group exhorte le pouvoir exécutif et le pouvoir législatif à collaborer afin que la loi électorale ainsi que la loi de finances pour l'exercice fiscal 2018-2019 soient adoptées et promulguées sous les meilleurs délais. Ce n'est qu'au travers de ces actions que les scrutins prévus par la Constitution pour octobre 2019 pourront se dérouler de façon libre, juste, et transparente, et qu'un vide institutionnel sera évité (Texto original).

²² Le Core Group souhaite que pour Haïti l'année 2021 soit celle d'un renouvellement démocratique. A cet égard, les membres du groupe sollicitent une accélération des préparatifs des scrutins à venir et appellent les dirigeants et les institutions du pays à urgemment publier un calendrier électorale, à accélérer la distribution des cartes d'identification nationale pour finaliser dans les meilleurs délais des listes électorales fiables, à mettre en place une loi électorale et une loi des partis qui garantissent la transparence des scrutins, et à assurer des conditions de sécurité suffisantes pour permettre leur bon déroulement (Texto original).

internacional na política nacional. O presidente Moïse, na sua conta de Twitter, não expressou o contrário após um encontro com o Core Group: “Acabei de concluir uma reunião frutífera com o Grupo Central. As discussões centraram-se no projecto de Constituição, nas próximas eleições, no clima de segurança e na continuação do diálogo inter-haitiano” (Lenouvelliste, 03/12/2020)²³. Falar de preparativos democráticos com lei eleitoral, calendário eleitoral, carteira de identificação nacional e lei de partidos políticos só propiciam condições para eleger um governo aparentemente democrático ao desrespeitar as bases reais para a construção de uma ordem ou regime democrático no Haiti. Reduzir a questão social e política a uma mera irregularidade eleitoral e institucional contribui a velar as consequências nefastas da aplicação das políticas neoliberais sobre a vida da população nos últimos quarenta anos. É qualificado de violento pelo CORE GROUP quem ousa protestar contra esse modelo capitalista liberal de mercado legitimado pelo modelo de democracia liberal, representativo, instrumental e hegemônico:

De acordo com o quadro estabelecido pela declaração de 24 de março de 2021 do Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (S/PRST/2021/7), apela a eleições livres, justas, transparentes e credíveis em 2021. Neste sentido, é da responsabilidade das autoridades haitianas facilitar a participação nestas eleições do maior número de cidadãos, nomeadamente garantindo o melhor possível a segurança dos candidatos e dos eleitores e estabelecendo as listas eleitorais mais fiáveis e tão completas quanto possível. O Core Group incentiva todas as partes interessadas a estabelecerem um consenso que permita que as várias eleições sejam realizadas num clima pacífico. Ele insta todos os intervenientes a absterem-se de recorrer à violência como instrumento político (Core Group, 08/04/2021)²⁴.

Os recorrentes apelos do grupo aos atores políticos nacionais para se focar nas eleições, nas urnas os transformaram em surdos e cegos às incessantes demandas das massas populares que não podem mais se manter face a um sistema capitalista global racista. O cinismo da comunidade internacional deixou dúvida se ela deveras quer eleições livres,

²³ Je viens de terminer une fructueuse rencontre avec le Core Group. Les échanges ont porté sur le projet de Constitution, les prochaines élections, le climat sécuritaire et la poursuite du dialogue inter-haïtien (Texto original).

²⁴ Conformément au cadre posé par la déclaration du 24 mars 2021 de la Présidente du Conseil de Sécurité des Nations Unies (S/PRST/2021/7), il appelle à des élections libres, justes, transparentes et crédibles en 2021. A cet égard, il est de la responsabilité des autorités haïtiennes de faciliter la participation à ces scrutins du plus grand nombre de citoyens, notamment en assurant du mieux qu’il sera possible la sécurité des candidats et des électeurs et en établissant les listes électorales les plus fiables et les plus complètes possible. Le Core Group encourage toutes les parties prenantes à forger un consensus qui permettrait aux divers scrutins de se tenir dans un climat apaisé. Il demande instamment à tous les acteurs de s’abstenir de recourir à la violence comme instrument politique (Texto original).

transparentes e credíveis. Pois é, enquanto, os atores internacionais fingem querer as a realização das eleições, o CORE GROUP se envolveu na iniciativa visando a federar os gangues da capital Porto-Príncipe para deixar eles com mais poderes. Contudo, eles se mostram inquietos diante da situação caótica que eles forjaram:

O Core Group, que está muito preocupado com a situação política e de segurança, expressa a sua profunda preocupação com a ausência de um acordo político que permita a implementação de um calendário eleitoral num clima favorável. O Grupo Central apela para que 2021 seja um ano de renovação democrática no Haiti, com a realização de eleições livres, justas, transparentes e credíveis. Recorda que a responsabilidade pela organização do processo eleitoral pendente cabe, em primeiro lugar, às autoridades nacionais, que devem abordar questões essenciais de segurança, transparência e logística (Core Group, 26/04/2021)²⁵.

O presidente Jovenel Moise sempre serviu de pião da comunidade internacional e do clã PHTK. Com o apoio firme do grupo, ele foi eleito em eleições fraudulentas e contestadas, descoberto como corrupto na gestão dos fundos Petrocaribe durante o mandato de Michel Joseph Martelly, virou presidente ilegítimo no poder e incapaz de governar e de organizar o jogo eleitoral, afinal de contas ele foi liquidado em condições até hoje não elucidadas. Rapidamente, nos dias seguindo seu assassinato, o CORE GROUP mesmo decidiu quem vai suceder que era um primeiro ministro nomeado por Jovenel Moise por um decreto alguns antecedendo sua morte. E o grupo manteve o mesmo ritmo ao encarregar o primeiro ministro Ariel Henry a mesma missão que Jovenel Moise não podia cumprir: a organização das eleições:

O Core Group incentiva os esforços empreendidos pelo Primeiro Ministro, pelos atores políticos e pela sociedade civil haitiana para encontrar um acordo consensual que permita o estabelecimento de um governo inclusivo e para acelerar o retorno ao funcionamento normal das instituições democráticas através da realização de eleições (Core Group, 15/09/2021)²⁶.

²⁵ Le Core Group fortement inquiet de la situation sécuritaire et politique exprime sa profonde préoccupation face à l'absence d'un accord politique qui permettrait la mise en œuvre d'un calendrier électoral dans un climat propice. Le Core Group appelle à ce que 2021 soit une année de renouveau démocratique en Haïti avec la tenue d'élections libres, justes, transparentes et crédibles. Il rappelle que la responsabilité d'organiser le processus électoral en souffrance revient en premier lieu aux autorités nationales qui doivent traiter les questions essentielles de sécurité, de transparence et de logistique (Texto original).

²⁶ Le Core Group encourage les efforts entrepris par le Premier Ministre, les acteurs politiques, et la société civile haïtienne pour trouver un accord consensual permettant la mise en place d'un gouvernement inclusif et d'accélérer le retour à un fonctionnement normal des institutions démocratiques par la tenue d'élections (Texto original).

O que sabemos é que finalmente esse Ariel Henry acabou sendo demitido e derrocado do poder por essa mesma comunidade internacional graças às ofensivas dos gangues “G-9 e aliados” cuja federação era vista como positiva pelo CORE GROUP para conter a violência. Dentro desse clima político, o porta-voz do departamento do Estado americano Ned Price declarou: “Estamos felizes por ver os actores políticos e civis haitianos a trabalhar para formar um governo de unidade que possa estabilizar o país e lançar as bases para eleições livres e justas (Haiti-Liberté, 31/07/2021)²⁷. Enfim, diante dessa declaração o jornalista de Haiti-Liberté se perguntou: “Mas para as pessoas que sofrem de extrema precariedade, o que isto irá mudar? (Ibid.)²⁸. Portanto, os movimentos populares são sempre entendidos como anti-democráticos pelos membros do Grupo e são tratados como vândalos e violentos durante esse período de contestação.

3.3.4 Criminalização da democracia das ruas

Passo a passo, nós descrevemos o pano de fundo do envolvimento da comunidade internacional na política haitiana. Ela atua sob a modalidade de um imperialismo coletivo que nega ao povo haitiano o status de soberania para exercer o controle social sobre o poder político; Ela se erige em porta-voz do neoliberalismo, o defende como políticas e medidas para melhorar as condições sociais da população enquanto o neoliberalismo tem um papel fundamental na expressão atual da crise social haitiana,; Ela restringe o entendimento e a solução da crise social haitiana a uma desregulamentação e regulamentação institucional do modelo da democracia liberal representativa e instrumental, imposto como legítimo do ponto de vista da normalidade internacional; assim ela rejeita categoricamente os movimentos de contestação populares qualificando-os de anti-democráticos.

No contexto da crise 2018-2021, essa tendência de criminalizar as mobilizações populares foi muito ativa nos posicionamentos do CORE GROUP. Isso lhe permite encobrir e mascarar o trasfondo político e econômico justificado das reivindicações desses movimentos. Para nós, essa forma de expressão usada pelo povo nas ruas, através das quais ele espera comunicar seus problemas diversos às autoridades políticas ou o Estado, é definida como a

²⁷ Nous sommes encouragés de voir les acteurs politiques et civils haïtiens travailler à la formation d’un Gouvernement d’union qui peut stabiliser le pays et poser les bases d’élections libres et équitables (Texto original).

²⁸ Mais pour le peuple qui souffre d’extrême précarité, qu’est-ce que cela va changer ? (Texto original).

democracia das ruas. Não é à toa que ela chama a atenção da sociedade e dos internautas do mundo inteiro nos atos radicais dos manifestantes. Assim, CORE GROUP, na sua primeira reação ao estouramento do movimento em 6 e 7 de julho, se expressa de tal maneira numa nota de posicionamento:

O Core Group manifesta a sua preocupação na sequência das manifestações marcadas por actos de violência e saques, que paralisaram em grande parte o país durante este fim de semana, com efeitos negativos na economia. O Grupo Central está triste pela perda de vidas e expressa as suas condolências às famílias das vítimas. Embora as preocupações da população sobre as dificuldades da vida quotidiana sejam legítimas, nada pode justificar comportamentos susceptíveis de ameaçar a vida das pessoas e a segurança da propriedade, bem como os progressos alcançados nos últimos anos em termos de estabilidade e de progresso democrático no Haiti. O Core Group condena todos os atos de violência e incentiva todas as partes no Haiti a exercerem contenção e respeitarem a ordem constitucional (Core Group, 09/07/2018)²⁹.

Nesse trecho precedente, a comunidade internacional, mediante o CORE GROUP, não dissimula sua missão na política nacional. Ela chegou a definir a fúria popular como uma ameaça pela vida humana, e uma ameaça pelos avanços feitos em matéria de estabilidade e progresso democrático. Quais seriam esses progressos democráticos que caracterizam o movimento social como antidemocrático? No trecho seguinte, ela se expressa com mais clareza deixando nítida a diferença entre as urnas e os movimentos sociais em termos de mudança no processo democrático:

Enquanto novas manifestações são anunciadas, o Core Group também expressa a sua firme rejeição a qualquer acto de violência perpetrado à margem das manifestações. Os membros do grupo recordam a legitimidade democrática do governo do Haiti e das instituições eleitas e que, numa democracia, a mudança deve ser alcançada através das urnas e não através da violência (Core Group, 02/11/2018)³⁰.

²⁹ Le Core Group exprime sa préoccupation suite aux manifestations marquées d'actes de violence et de pillage, qui ont largement paralysé le pays durant ce week-end, avec des effets négatifs sur l'économie. Le Core Group est attristé par les pertes en vies humaines et exprime ses condoléances aux familles des victimes. Alors que les inquiétudes de la population face aux difficultés de la vie quotidienne sont légitimes, rien ne peut justifier des comportements à même de menacer la vie des personnes et la sécurité des biens, ainsi que les avancées réalisées ces dernières années en matière de stabilité et de progrès démocratique en Haïti. Le Core Group condamne tous les actes de violence et encourage toutes les parties en Haïti à faire preuve de retenue et à respecter l'ordre constitutionnel (Texto original).

³⁰ Alors que de nouvelles manifestations sont annoncées, le Core Group exprime également son ferme rejet de tout acte de violence perpétré en marge des manifestations. Les membres du groupe rappellent la légitimité

Finalmente, o CORE GROUP se deu o direito de declarar quando um governo é legítimo e ilegítimo no país. Isso quer dizer que o povo haitiano não é a base sobre a qual é construída essa democracia. Assim, os dirigentes haitianos sentem mais necessidade e obrigação de satisfazer as demandas da comunidade internacional do que as da população haitiana. Portanto, as urnas não constituem a única instância que consagra legitimidade, os movimentos desempenham um papel chave na renovação ou cancelamento da legitimidade das autoridades eleitas. Tudo depende de como se aproxima ou se afasta da população nas suas políticas pós-eleitorais. Para a comunidade internacional, o pedido de demissão dos dirigentes é um empreendimento anti-democrático:

O Core Group rejeita firmemente os actos de violência perpetrados à margem das manifestações nos últimos dias. Os membros do grupo estão profundamente tristes pela perda de vidas e apresentam as suas sinceras condolências às famílias e entes queridos das vítimas. O grupo lembra que atos de violência que visam provocar a demissão de autoridades legítimas não têm lugar no processo democrático (Core Group, 22/11/2018)³¹.

Ao contrário da declaração do CORE GROUP, a mobilização popular teve um balanço no qual 6 pessoas foram assassinadas pela Polícia nacional, mas as organizações populares disseram que o número de pessoas mortas é estimado em 11 (Lenouvelliste, 22/11/2018). Os manifestantes não matam ninguém, mas sim as forças da ordem pública como prova de uma atuação antidemocrática. O pedido de demissão das autoridades, os movimentos populares são vistos pela comunidade internacional como contrários aos valores e princípios democráticos. Porém, a violência policial, a repressão dos manifestantes pela Polícia são elogiadas e cumprimentadas pelo CORE GROUP como prova de profissionalismo da instituição. Daí, “ O grupo saúda o profissionalismo demonstrado pela Polícia Nacional Haitiana como um todo nesta ocasião para garantir a liberdade de expressão e ao mesmo tempo preservar a ordem pública” (Core Group, 02/11/2018)³². Que contradição! Em que

démocratique du gouvernement d’Haïti et des institutions élues et que, dans une démocratie, le changement doit se faire en passant par les urnes et non par la violence (Texto original).

³¹ Le Core Group rejette fermement les actes de violences perpétrés en marge des manifestations de ces derniers jours. Les membres du groupe sont profondément attristés par les pertes de vies humaines et présentent leurs sincères condoléances aux familles et aux proches des victimes. Le groupe rappelle que les actes de violence cherchant à provoquer la démission des autorités légitimes n’ont pas leur place dans le processus démocratique (Texto original).

³² Le groupe salue le professionnalisme dont a fait preuve la Police Nationale d’Haïti dans son ensemble en cette occasion pour garantir la liberté d’expression tout en préservant l’ordre public (Texto original).

medida a liberdade de expressão pode ser antidemocrática? Sabendo que essa liberdade de expressão queria a demissão do presidente por ele ter sido indiciado como corrupto no relatório parlamentar sobre os gastos do fundo Petrocaribe, e por ele ter se mostrado à altura de definir políticas públicas capazes de melhorar as condições materiais de existência da população. A fórmula não muda, segue caracterizando as mobilizações como violentas e cumprimenta o profissionalismo da Polícia nacional por tê-las reprimido:

O Core Group toma nota das exigências expressas pelos manifestantes durante o dia de protesto de 7 de fevereiro de 2019. O Core Group lamenta a perda de vidas humanas e os danos materiais causados pelos atos inaceitáveis de violência que ocorreram à margem do reuniões, ao mesmo tempo que saúda o profissionalismo demonstrado pela Polícia Nacional Haitiana como um todo Le Core Group prend note des revendications exprimées par les manifestants lors de la journée de contestation du 7 février 2019 (Core Group, 10/02/2019)³³.

Essa série de elogios da repressão policial levou a diretora Erika Guevara Rosas da Amnesty International a exprimir sua preocupação quanto às violências sofridas pelos manifestantes assinalando que a Policia faz uso de armas de contra os civis durante os protestos (Lenouvelliste, 28/12/2018). Afinal de contas, é claro e evidente que o CORE GROUP mantém-se coerente ao objetivo que se fixou desde 2004: discutir a independência do Haiti para ver até que ponto ela constitui um princípio imutável. De 2004 a hoje em dia, um breve balanço da atuação da comunidade internacional na política nacional, através do CORE GROUP, indica sem dúvida que não se presta a falar do Haiti como Estado soberano. Sem embargo, ela consegue com isso algo maior que era sempre o propósito das potências colonialistas ocidentais: manter distanciados o Estado e a sociedade no Haiti.

3.3.5 Divorcio entre Estado e sociedade

Para começar, é importante informar que esta parte não se desenvolve a partir de mais uma categoria de análise. Nós queremos, neste ponto, reunir as quatro categorias de análise precedentes a fim de efetuar um nível de análise superior em relação à intervenção internacional na política haitiana. Isto é, mostraremos que o imperialismo coletivo como aliança internacional contra o povo haitiano, a defesa das políticas neoliberais como medidas econômicos para melhorar as condições sociais da população, a promoção da democracia liberal representativa enquanto um simples instrumento eleitoral suficiente para remediar a

³³ Le Core Group déplore les pertes en vie humaines et les dégâts matériels occasionnés par les inacceptables actes de violences qui ont eu lieu en marge des rassemblements, tout en saluant le professionnalisme dont a fait preuve la Police Nationale d’Haïti dans son ensemble (Texto original)

crise social haitiana, e a criminalização dos movimentos populares com o objetivo de catalogá-los como ações antidemocráticas acabam alimentando a distância e o desencontro entre o Estado e a sociedade no Haiti.

Lembrem-se que o Haiti nasce da matriz colonial e escravista da modernidade. Então, ele se constituiu como uma diferença colonial, espaço onde se confrontam projetos globais e histórias locais. A formação do Estado historicamente se encontrou e continua se encontrando diante desse dilema que é o seguinte: ou abraçar as histórias locais dentro das quais se situa a Revolução haitiana anti-colonial e anti-escravista ou se subalternizar aos projetos globais coloniais do Ocidente. As elites nacionais sob a liderança dos mulatos escolheram a segunda opção por reflexo de colonialidade e de pragmatismo político. No nosso trabalho, a intervenção internacional é lida sobretudo na ótica de salvaguardar esse pacto além de negação que possa existir um Estado haitiano soberano.

Esse pacto neocolonial tácito entre a comunidade ocidental dita internacional e as elites locais consiste em manter o Estado haitiano ao lado dos projetos globais contra os interesses locais do povo haitiano. E se passarmos em revisão as análises que tínhamos feito das notas de posicionamentos do CORE GROUP, veremos que seus esforços se dirigem na mesma direção.

Primeiro, temos visto que o CORE GROUP enquanto uma aliança ocidental e expressão de um imperialismo coletivo, se coloca como indispensável aos dirigentes haitianos para gerenciar as crises. De fato, eles selam aliança contra o projeto de vida da população haitiana. Na verdade, não se trata de uma aliança propriamente dita, é uma situação de subordinação das elites econômicas e políticas aos projetos globais contra o mundo de vida local da sociedade haitiana. Por isso, cada vez os dirigentes estão em dificuldade política frente às reivindicações populares, e eles não têm outra opção que procurar a ajuda e assistência da comunidade internacional como reforço para achar uma saída forçada de crise. Pois, visto que eles operaram para a conta da globalização hegemônica, ela lhes deve auxílio em caso de impasse político. Então, o CORE GROUP desempenha um papel chave nesse sentido para manter a sociedade política inimiga da sociedade civil em favor dos interesses globais.

Segundo, atualmente, entendemos que a globalização hegemônica é tipicamente neoliberal. A posição do CORE GROUP sobre as questões econômicas da crise social

haitiana decorre fielmente da matriz do sistema-mundo capitalista neocolonial. Uma das consequências trágicas da aplicação das políticas neoliberais é de distanciar ainda mais o Estado da sociedade tendo em conta que pelo neoliberalismo o Estado diminui suas intervenções no mercado, não se implica na elaboração de políticas sociais capazes de combater a desigualdade econômica. De fato, esse Estado vai se comportar mais violento em relação aos protestos por não poder trazer respostas adequadas aos problemas sociais da população. Então, o neoliberalismo desintegra, no plano econômico, o Estado com a sociedade para tornar-se um instrumento dos projetos globais no espaço local.

Terceiro, a economia de mercado ou o neoliberalismo será incompleta sem ser acompanhada por um modelo de democracia representativa, liberal e instrumental. Nele a democracia passou a ser um simples instrumento para eleger governos e podem depois desprezar e se distanciar das demandas da população. Assim, seu papel consiste em implementar ao pé da letra o programa neoliberal em detrimento da melhoria das condições de vida do povo. Esse modelo coloca o Estado sob o controle total do imperialismo coletivo do sistema-mundo. Assim, ele se importa menos da sua legitimidade interna do que sua aceitação externa. Não é por acaso que o CORE GROUP faz desse modelo um elemento-chave de sua ideologia no caso do Haiti. Sendo assim, a desintegração é perfeita quando o Estado não representa uma entidade que se abre à sociedade para acatar as demandas e aspirações das populações.

Quarto, essa desintegração ou desencontro entre Estado e sociedade no Haiti se deu pela deslegitimação das reivindicações populares pelo CORE GROUP qualificando-as fundadas na violência, na bandidagem. Isso justifica se o Estado usa a violência contra os manifestantes é porque são um bando de criminosos, de bagunceiros e de violentos que perpetram atos antidemocráticos. Uma comunidade internacional que criminaliza os protestos populares enquanto se apresenta como profetas da democracia, estabilidade política e desenvolvimento econômico gera muitas dúvidas e desconfiança. Afinal, o CORE GROUP determina a persistência da separação do Estado com a sociedade haitiana por legitimar a repressão policial, o massacre e o assassinato como meios de comunicação entre essas duas entidades.

Considerações finais

Os principais argumentos nos quais nos debruçamos para induzir que a intervenção internacional contribui na desintegração do Estado com a sociedade no Haiti são os seguintes. Primeiro, O CORE GROUP, como manifestação de uma aliança ocidental e como representação do imperialismo coletivo, demonstrou ser essencial para os dirigentes anti-populares se manterem no poder frente aos protestos populares. Na verdade, eles formam uma coalizão que mina as aspirações de desenvolvimento da população haitiana. Além disso, essa entidade não constitui uma aliança convencional; ao contrário, representa uma dinâmica de subordinação das elites econômicas e políticas a iniciativas globais que são fundamentalmente opostas aos interesses locais da sociedade haitiana. Segundo, o discurso do CORE GROUP em relação às dimensões econômicas da crise social haitiana está profundamente enraizado na estrutura do Sistema-Mundo capitalista neocolonial. Um resultado significativo e lamentável da implementação das políticas neoliberais é a exacerbção da desconexão entre o Estado e a sociedade, pois é evidente que, sob o neoliberalismo, o Estado diminui suas intervenções no mercado e se abstém de se engajar na formulação de políticas sociais capazes de lidar com as disparidades econômicas.

Terceiro, a economia de mercado, muitas vezes chamada de neoliberalismo, é inerentemente deficiente sem a integração de uma estrutura caracterizada pela democracia representativa, liberal e instrumental. Dentro dessa estrutura, a democracia é reduzida a um mero mecanismo para a eleição de entidades governamentais, que posteriormente podem ignorar e se alienar das exigências da população. Conseqüentemente, sua função é executar a agenda neoliberal com precisão, muitas vezes à custa de melhorar as condições de vida dos cidadãos. Esse paradigma subordina o Estado ao domínio absoluto do imperialismo coletivo inerente ao sistema global. Quarto, a desintegração ou discórdia entre o Estado e a sociedade no Haiti pode ser atribuída à deslegitimação das demandas populares pelo CORE GROUP, que caracterizou essas demandas como enraizadas na violência e na criminalidade. Esse raciocínio apóia a noção de que, se o Estado recorre a medidas coercitivas contra os manifestantes, é porque eles são vistos como um coletivo de delinquentes, indivíduos desordenados e violentos envolvidos em ações antidemocráticas. Uma comunidade internacional que deslegitima os protestos populares enquanto se posiciona como árbitra da democracia, da estabilidade política e do avanço econômico gera considerável ceticismo e desconfiança.

O propósito da intervenção internacional, além de sabotar a soberania do povo haitiano por presença militar contínua e de manter o país sob o ditado dos Estados Unidos, consiste em gerar ou perpetuar uma desintegração letal entre Estado e sociedade. É impossível pensar em instaurar e estabilizar a democracia em um ambiente de relação desintegrada entre Estado e sociedade. Isso também coloca em risco a concepção de uma cidadania fundamentada na participação plena e no bem-estar comum e individual. Portanto, a comunidade internacional pretende com suas intervenções instaurar a democracia e estabilizar o clima securitário do Haiti enquanto torce pela desintegração do Estado com a sociedade. Todo Estado que não se alimenta a legitimidade a partir das aspirações e necessidades locais do seu povo acaba se enfraquecendo em favor dos projetos globais.

A emancipação ou a libertação do povo haitiano será efetiva ou real quando deixará a condição de raça para se tornar um povo incorporado a uma nação soberana que legitima o poder do Estado. O CORE GROUP, sendo um agente representante do global no cotidiano local haitiano, reproduz toda a lógica capitalista, imperialista e racista contra o povo haitiano que emergiu em confrontação com o universal ocidental. A esperança do povo haitiano está na luta pela descolonização e pela desglobalização dentro da qual ele não tem nenhuma chance.

Referências bibliográficas e outras fontes

AMIN, Samir. Geopolítica do imperialismo contemporâneo. In: Revista NOVOS RUMOS, no 45, ano 21, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.21.v0n45.2128>>.

ANTIQUERA, Daniel C. O caso do liberalismo e renascimento do radicalismo: Junho de 2013 sob a perspectiva dos sistemas-mundo da Wallerstein. In: COSTA, Jales D (Org.). Capitalismo histórico e Alternativas. Diálogos com análises dos Sistemas-Mundo. Mídia Gráfica e Editora Ltda, João Pessoa-Paraíba, 2016.

AYIBOPOST. Le CORE GROUP n'existe pas juridiquement. Publicado em 13 de outubro de 2019. Disponível em: <https://ayibopost.com/le-core-group-nexiste-pas-juridiquement/>. acesso em: 20/03/2014.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Edições 70, Lisboa, 1979.

BARTHELEMY, Yves. Haiti et la mondialisation néolibérale: une nouvelle dépendance coloniale (1970-2008). Kaye Pwogresis no 1, ASID, Port-au-Prince, 2008.

BAUER, Martin; AARTS, Bas. A Construção do Corpus : Um princípio para a coleta de dados Qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático. 13a Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BAUER, Carlos Francisco. Analectica latinoamericana: un pensamiento descolonizador para el siglo XXI. 1er Ed., Prometo Livros, Buenos Aires, 2021.

BESTGEN, Charles. L'ingérence de la communauté internationale dans les élections présidentielles haïtiennes (2006, 2010, 2016). Faculté des sciences économiques, sociales, politiques et de communication, Université catholique de Louvain, 2018. Prom. : Legrand , Vincent. Disponible sur : <<http://hdl.handle.net/2078.1/thesis:14473>>. Consulté le 17 février 2024.

BORÓN, Atilio A. A questão do imperialismo. Em: A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. CLACSO (Conselho latinoamericano de ciências sociais), Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715085933/cap23.pdf>>.

CARR, Edward. Vinte anos de crise: 1919-1939. Brasília: Ed. UnB, 1981.

CASIMIR, Jean. Une lecture décoloniale de l'histoire des Haïtiens. Du traité de Ryswick à l'occupation américaine (1697-1915). Les presses de l'Imprimeur S.A, Port-au-Prince, 2018.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: DESLAURIERS, Jean-Pierre [et.al.]. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 09 de Julho de 2018. Disponível em: <https://ht.usembassy.gov/fr/communique-de-presse-du-core-group-9-juillet-2018/?_ga=2.166972669.232166747.1712377506-143168251.1711863750> Acesso em 05 de abril de 2024.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 02 de Novembro de 2018. Disponível em: https://ht.usembassy.gov/fr/communique-de-presse-du-core-group/?_ga=2.159116537.232166747.1712377506-143168251.1711863750. Acesso em: 05 de abril de 2024.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 22 de Novembro de 2018. Disponível em: <<https://ht.ambafrance.org/Communique-de-presse-du-Core-Group-22-novembre-2018>> Acesso em 05 de abril de 2024.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 10 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://ht.usembassy.gov/fr/communique-de-presse-port-au-prince-le-10-fevrier-2019-le-core-group/?_ga=2.167963234.232166747.1712377506-143168251.1711863750>. Acesso em 04 de abril de 2024.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 30 de Maio de 2019. Disponível também em: <https://ht.ambafrance.org/Communique-de-presse-du-Core-Group-30-mai-2019>. Acesso em: 05/04/2024.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 25 de Novembro de 2020. Disponível em: <<https://binuh.unmissions.org/fr/communique%C3%A9-du-core-group>>. Acesso em 05 de abril de 2020.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 08 de Abril de 2021. Disponível em: <https://ht.usembassy.gov/fr/communique-du-core-group/?_ga=2.137470579.232166747.1712377506-143168251.1711863750> . Disponível também em: <<https://binuh.unmissions.org/fr/communique%C3%A9-du-core-group-1>>. Acesso em 05 de Abril de 2024.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 26 de Abril de 2021. Disponível em: <https://ht.usembassy.gov/fr/pr-042821-fr/?_ga=2.171700067.232166747.1712377506-143168251.1711863750> . Disponível também em: <<https://binuh.unmissions.org/fr/communique%C3%A9-du-core-group-2>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

CORE GROUP. Comunicado. Publicado em 15 de Setembro de 2021. Disponível em: <https://ht.usembassy.gov/fr/communique-du-core-group-2/?_ga=2.159090937.232166747.1712377506-143168251.1711863750> . Disponível também em:

<<https://binuh.unmissions.org/fr/communiqu%C3%A9-du-core-group-6>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

DORSAINVIL, Justin C. Histoire d’Haiti. Editions Henri Deschamps, Port-au-Prince, 1969.

DW. A França carrega responsabilidade histórica por crise do Haiti. Publicado em 22 de Março de 2024. Consultado em 09 de Abril de 2024, Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/fran%C3%A7a-carrega-responsabilidade-hist%C3%B3rica-por-crise-do-haiti/a-68640984>> Acesso em: 14 de abril de 2024.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Editora civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

FONSECA, Melody. Críticas a la colonialidad del poder: Revisitando la crisis política haitiana de 1991-1994. Foro Internacional (FI) 231, LVIII, 2018 (1), 49-88 ISSN 0185-013X; DOI: 10.24201/fi.v58il.2484.

FOUCHARD, Jean. Les marrons de la liberté. L’Ecole, Paris, 1972.

GARCIA, Ana e BUGIATO, Caio. Repensando o Estado e o imperialismo nas relações internacionais: As contribuições teóricas de Leo Panitch. In: Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 10 (2), 2019.

GIACOBBI, Laurent. Haiti, vers une fin de crise ou crise sans fin? Programme Amérique Latine et Caraïbe, IRIS, 2023. Disponible sur: <https://www.iris-france.org/wp-content/uploads/2023/12/Note_Prog_AmLat-2.pdf>. Consulté le 23 juin 2024.

GUENARD, Florent. La promotion de la démocratie : une impasse théorique ?. In: La vie des IDEES.fr, publié le 28 Novembre 2007.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha D. e PAULA, Marlúbia Corrêa de. Análise textual discursiva: entre a análise de conteúdo e a análise de discurso. In: Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.8, n.19, p. 677-705, dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.19.380>.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha D. e PAULA, Marlúbia Corrêa de. Análise de conteúdo a partir de Moraes: abordagem metodológica In: Guimarães, Gleny Terezinha D. e Paula, Marlúbia Corrêa de (orgs). Análise de conteúdo e análise de discurso: reflexões teórico-metodológicas em diferentes vertentes. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2022.

Haiti-Liberte. Par Isabelle Papillon. Publicado em 21 de julho de 2021. Disponível em: <<https://haitiliberte.com/le-gouvernement-core-group-ariel-henry-installe/>> Acesso em 31 de agosto de 2024.

Lenouvelliste. Publicado em 03 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://lenouvelliste.com/article/223881/jovenel-moise-a-rencontre-le-core-group>>. Acesso em: 31 de agosto de 2024.

HECTOR, Michel (*alias* Jean-Jacques Doubout). Haïti: féodalisme ou capitalisme? (Essai sur l'évolution de la formation sociale d'Haïti depuis l'indépendance). Une publication de l'auteur, Port-au-Prince, 1973.

HECTOR, Michel. Crises et mouvements populaires en Haïti. Presses nationales d'Haïti, 2em Édition, Port-au-Prince, 2006.

HERNANDEZ, Sandra K. Z. y SILVA, Adriana F. La militarización del Desarrollo: La intervención humanicida en Haití. In: REVISTA INTERNACIONAL DE COOPERACIÓN Y DESARROLLO / VOL 7 NUM 1 / ENERO - JUNIO DE 2020 / CARTAGENA COLOMBIA / E-ISSN: 2382-5014.X

HINKELAMMERT, Franz. El Huracán de la Globalización: la exclusión y la destrucción del medio ambiente vistos desde la teoría de la dependencia. Introduccion. In: HINKELAMMERT, Franz (Org.). El Huracán de la Globalización. Editorial Departamento Ecuménico de Investigaciones (DEI), de la edición en español, San José, Costa Rica, 1999

HURBON, Laënnec. Haiti entre la guerre froide et le nouvel ordre mondial. in: Hurbon, L. (dir.). Les transitions démocratiques. Actes du colloque international de Port-au-Prince, Haïti. Paris : Les Éditions Syros, 1996.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina . Estudos Avançados, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 5-40, 1988. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8474>. Acesso em: 26 out. 2023.FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade, curso no collège de France (1975-76). Martins Fontes, São Paulo, 2005.

KLEIN, Naomi. La stratégie du choc. La montée d'un capitalisme du désastre. LEMÉAC ACTES SUD, France, 2008.

LÉNINE, Vladimir. L'impérialisme, le stade suprême du capitalisme. 1916.

Lenouvelliste. Roberson Alphonse. Publicado em: 22 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://lenouvelliste.com/article/195094/6-personnes-tuees-selon-la-police-11-selon-les-organisateurs-des-manifestations>>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

Lenouvelliste. publicado em 28 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://lenouvelliste.com/article/195317/les-autorites-haitiennes-doivent-eviter-le-recours-a-une-force-excessive-lors-des-manifestations>>. Acesso em 30 de agosto de 2024

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e projeto de livre individualidade crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espetáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9571>. Acesso em 14 de setembro de 2024.

MARTINS, Dayqueline C. G. Haiti no contexto regional e geopolítico: Uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado nacional e o contexto da MINUSTAH (2017), 2019. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina-ICAL) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/items/5f092e67-e4e6-467d-887d-1b5d8727e4c1>. Acesso em 20 de abril de 2024.

MARX, Karl. La ideología alemana, crítica de la filosofía alemana. 5e Edición, coedición Ediciones Pueblos Unidos y Ediciones Grijalbo S.A., Montevideo y Barcelona, 1974.

MBEMBE, Joseph A. Necropolítica. In: arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, dezembro de 2016, Rio de Janeiro.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Colección Razón política, Ediciones del signo, Buenos Aires, 2010.

MINUSTAH. Portal Virtual. Disponível em: <<https://minustah.unmissions.org/>>. Acesso em 02 de outubro de 2024.

ONU. Relatório sobre o Haiti. Publicado em 1949. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/4012986?ln=fr&v=pdf>>. Acesso em 08 de agosto de 2024.

ONU. Relatório do secretário geral sobre a MINUSTAH. Publicado em 31 de agosto de 2016. Disponível em: <https://minustah.unmissions.org/sites/default/files/s2016753_fr.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2024.

ONU. Relatório do secretário geral. Publicado em 25 de setembro de 2020. Disponível em: https://binuh.unmissions.org/sites/default/files/s_2020_944_f.pdf. Acesso em 20/04/2024.

ONU. Resolução 40/47B. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/485/34/pdf/nr048534.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2024.

ONU. Resolução 917. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n94/207/96/pdf/n9420796.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2024.

ONU. Resolução 940. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n94/312/25/pdf/n9431225.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2024.

ONU. Resolução 1141. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n97/340/88/pdf/n9734088.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2024.

ONU. Resolução 54/193. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/404883?v=pdf#files>>. Acesso em 17 de maio de 2024.

ONU. Resolução 1529. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n04/254/13/pdf/n0425413.pdf>>. Acesso em 17 de maio de 2024.

ONU. Resolução 1542. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n04/333/01/pdf/n0433301.pdf>>. Acesso em 17 de maio de 2024.

ONU. Resolução 2350. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n17/101/48/pdf/n1710148.pdf>>. Acesso em 17 de maio de 2024.

ONU. Resolução 2476. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n19/192/56/pdf/n1919256.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2024.

ONU. Resolução 2699. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n23/287/22/pdf/n2328722.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2024.

PARRA, Mariana Santos. Building or breaking the polity? International intervention, Statebuilding, Reproduction of crisis in Haiti (2004-2019). In: REVISTA DE CIENCIA POLÍTICA / VOLUMEN 40 / N° 2 / 2020 / 351-378. <DOI: <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2020005000111>>.

PIOTTE, Jean-Marc . La pensée politique de Gramsci. Éditions Parti-Pris, Ottawa, 1970.

POULIGNY-MORGANT, Béatrice « L'intervention de l'ONU dans l'histoire politique récente d'Haïti : les effets paradoxaux d'une interaction », *Pouvoirs dans la Caraïbe* [En ligne], 10 | 1998, mis en ligne le 09 mars 2011, consulté le 14 novembre 2019. URL : <http://journals.openedition.org/plc/576> ; DOI : 10.4000/plc.576.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad do poder, eurocentrismo y América latina. In: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, julio de 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, Ano 17, No 37, 2002.

REZO NÒDWÈS. Sanctionné par le Canada, André Apaid, citoyen haïtien et américain, proteste et rappelle sa contribution au projet initié en 2003 par le Core Group. Publicado em 27 de junho de 2023. Disponível em: <https://rezonodwes.com/?p=314300>. Acesso em: 22/03/2024.

REZO NÒDWÈS. Le Core Group a été créé en 2003 pour « discuter » de l'indépendance d'Haïti, avoue l'ex-député canadien Denis Paradis. Publicado em 09 de Abril de 2021. Disponível em: <<https://rezonodwes.com/?p=230463>>. Acesso em: 22/03/2024.

REZO NÒDWÈS. Publicado em 26 de abril de 2020. Disponível em: <<https://rezonodwes.com/?p=169279&>>. Acesso em 28 de agosto de 2024

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. In: ALEA. V.7, n. 2, jul-dez, 2005.

ROUMAIN, Jacques. Analyse schématique 1932-1934. Port-au-Prince, Haiti, Les Éditions Fardin; Édition électronique Les classiques des sciences sociales, Québec, 2017.

SANTOS, Boaventura de S. (org.). Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Editora fundo de cultura, Rio de Janeiro, 1961

SEGUY, Franck. Racismo e desumanização no Haiti. In: EDUCERE ET EDUCARE Revista de educação, Vol.10 Número 20 jul./dez .2015 p. 521 -536.

SEITENFUS, Ricardo. Ingerência ou solidariedade? dilemas da ordem internacional contemporânea. In : São Paulo em Perspectivas, 16 (2) : 12 - 26, 2002.

SEITENFUS, Ricardo. L'échec de l'aide internationale en Haïti. Dilemmes et égarements. Les Éditions de l'Université d'État d'Haïti, Port-au-Prince, 2015.

SEVERINO, A. Joaquim. Metodologia do trabalho científico. Editora Cortez, São Paulo, 2013.

SINDJOUN, Luc (2001). La loyauté démocratique dans les relations internationales : sociologie des normes de civilité internationale. *Études internationales*, 32(1), 31–50. <<https://doi.org/10.7202/704255ar>>

Site oficial da embaixada dos Estados Unidos no Haiti. Disponível em: <<https://ht.usembassy.gov/fr/communique-de-presse-du-core-group/>>. Acesso em 09 de maio de 2024.

Site da embaixada da França no Haiti. Disponível em: <<https://ht.ambafrance.org/Communique-de-presse-du-Core-Group-30-mai-2019>>. Acesso em 09 de maio de 2024.

Site da missão da ONU no Haiti. Disponível em: <<https://binuh.unmissions.org/fr/communiqu%C3%A9-du-core-group-4>>. Acesso em 09 de maio de 2024.

Site oficial da OEA. Disponível em: <https://www.oas.org/fr/centre_medias/communique_presse.asp?sCodigo=F-038/19>. Acesso em 09 de maio de 2024.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Les racines historiques de l'Etat duvaliérien. Éditions Deschamps, Port-au-Prince, 1986.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Démocratie et société civile. in: Hurbon, L. (dir.). Les transitions démocratiques. Actes du colloque international de Port-au-Prince, Haïti. Paris : Les Éditions Syros, 1996.

WEBER, Max. El científico y el político. Introducción por Raymond Aron, Alianza Editorial, Madrid, 1979.

